

NOVOS RUMOS

Esfomeadores do Povo Querem ir ao Golpe

ANO VI — Rio de Janeiro, semana de 13 a 19 de março de 1964 — N.º 263

(Texto na 3ª página)

Comício da Central: Decisão do Povo de Conquistar as Reformas de Base Com Nova Política e Novo Governo

Prestes Falará na ABI e em Niterói

Por motivo das comemorações do 5º aniversário de NOVOS RUMOS, realizar-se-ão, nos próximos dias 17 e 18, na Guanabara e em Niterói, solenidades durante as quais Luiz Carlos Prestes pronunciará conferências sobre a situação política atual e a imprensa do povo.

DIA 17 — GUANABARA
Auditório da ABI — 19,30 horas

DIA 18 — NITERÓI

Sindicato dos Operários Navais,
Rua Benjamin Constant, 385 — 18 horas.

Na 3ª. página, relação dos locais onde podem ser encontrados convites para as solenidades.



O Comício pelas Reformas vai realizar-se num momento da vida nacional em que a situação política se apresenta tensa e com perspectiva de um aguçamento maior.

As articulações pela eleição dos srs. Auro Moura Andrade e José Maria Alkmin, respectivamente para a presidência do Senado e a da Câmara, revelam que a maioria retrógrada do Parlamento se dispõe a consolidar e ampliar suas posições a fim de oferecer mais encarnizada resistência ao encaminhamento das reformas de base exigidas pelo povo. Ao mesmo tempo e em estreita ligação com a atividade dos parlamentares, os grupos de direita e os grupos radicais, de ação e agentes dos imperialistas e de representantes dos latifundiários, já abertamente entregues a campanhas e atos de terrorismo, chegando mesmo ao banditismo do massacre de camponeses. O último exemplo nos é dado pela reunião das chamadas classes produtoras, realizada na Guanabara sob o patrocínio da Confederação das Associações Comerciais. Conhecidos exploradores da miséria popular, que especulam com a carência da vida e que engordam à custa da espoliação da Nação pelos monopólios estrangeiros, resolveram organizar-se e agir «legal ou ilegalmente», para isso criando um «Comando de Ação Política». Assim se manifestam o desespero e a feroz resistência daqueles que

pretendem, em defesa dos seus intoleráveis privilégios, impedir que os problemas nacionais sejam resolvidos.

A grande importância do Comício pelas Reformas tornou-se patente no próprio ato da sua convocação e através das adesões que recebeu. A iniciativa reuniu a totalidade das confederações de trabalhadores, devendo-se destacar a participação da recém-criada Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Pela primeira vez, os camponeses brasileiros, organizados sindicalmente, unem-se aos seus irmãos operários numa manifestação política de repercussão nacional. Não há dúvida para muitos fatos que as confederações escolheram, para falar em seu nome no Comício, o presidente da entidade que representa os trabalhadores do campo.

Mas, o Comício pelas Reformas não representa apenas as forças do movimento sindical. Tem o apoio das organizações estudantis, femininas e populares, das correntes nacionalistas e democráticas, constituindo, por isso mesmo, uma expressão da vontade e das aspirações da esmagadora maioria de nosso povo.

Por outro lado, a importância do Comício resulta também de que ele demonstrará que as massas trabalhadoras e populares estão decididas a participar cada vez mais, organizada e ativamente, da vida política

do País, a influir de maneira decisiva no seu desenvolvimento. A situação, como está, não pode continuar. Os problemas fundamentais de nosso povo não são resolvidos e, em consequência, se agravam. A reação e o entreguismo deixam clara sua intenção de se opor encarnadamente à solução dos problemas. Torna-se igualmente claro que se destina a fracasso, como têm ocorrido, a política de conciliar com a reação e o entreguismo. É assim imperiosa a necessidade de que, quebrando a resistência das forças retrógradas, sejam aplicadas medidas práticas e imediatas em favor do povo, encaminhando-se, efetivamente, as reformas de base, adotando-se uma nova política, nacionalista e democrática, e se constituindo um novo governo, que mereça a confiança das massas trabalhadoras e populares e nelas possa apoiar-se para realizar essa nova política.

Diante da atual situação política do País e das perspectivas que ela apresenta, o Comício pelas Reformas deverá constituir uma vigorosa demonstração de que os trabalhadores e todas as demais forças patrióticas e progressistas, intensificando sua ação unida, organizada e combativa, consolidando e ampliando as liberdades democráticas, saberão avançar para a conquista de vitórias decisivas.

Direito de Greve Está Ameaçado: Alerta Contra Manobra da Câmara

Os trabalhadores de todo o País precisam ficar atentos a uma manobra que se ensaia no Congresso Nacional: a aprovação de uma lei de regulamentação do direito de greve, que seria a liquidação desse direito. Um dos coordenadores da manobra é o deputado Ulisses Guimarães; e por enquanto a manobra se processa dentro da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados. A aprovação do projeto relatado pelo sr. Ulisses Guimarães privaria os trabalhadores brasileiros de sua principal arma de luta em defesa de seus direitos: a greve. (Pág. 2)

Servidores Civis Preparam Luta Pró-Paridade

Os servidores públicos civis de todo o Brasil estão se preparando através da sua Confederação Nacional e coordenados com o Pacto de Unidade e Ação para lutar pela obtenção de paridade de vencimentos com os servidores militares. Dispõem-se à greve, se necessário. Uma Comissão de Paridade, presidida pelo chefe da Casa Civil da Presidência da República, sr. Darci Ribeiro, foi constituída para estudar o problema dos novos vencimentos do funcionalismo público, civil e militar. (Pág. 2)



Arraes Depois da Crise Falou a Trabalhadores de São Paulo e Brasília e Deu Entrevistas

Depois de superar, com o apoio da classe trabalhadora de Pernambuco e de todo o Brasil, uma crise artificial provocada pelos usineiros pernambucanos, o governador Miguel Arraes veio ao Sul, comparecendo a um comício em Santo André, onde foi homenageado pela Câmara de Vereadores, e a uma emissora de televisão de São Paulo, onde respondeu a perguntas numerosas sobre muitos assuntos. O sr. Arraes foi também a Brasília: falou no Teatro Nacional para milhares de pessoas e concedeu uma entrevista coletiva à imprensa.

De volta a Recife, encontrou-se com os trabalhadores em sua passagem pelo Rio e novamente foi entrevistado por três jornalistas na televisão «Excelsior», no programa «Encontro Marcado», ocasião em que ratificou a informação de que comparecerá ao comício de amanhã na Central do Brasil. Um resumo da entrevista concedida à televisão de São Paulo, mais a narrativa da passagem do sr. Arraes pela região do ABC paulista estão na pág. 7. Na foto ao lado, aspecto do comício de Santo André, em que Arraes foi saudado por mais de dez mil pessoas.

Rodoviários Fizem Greve Que Patões e Governo Provocaram

A LUTA DOS MÉDICOS

A rigor, a luta dos médicos por melhores salários com apenas 2 meses. Foi a 14 de janeiro que 940 médicos do Hospital dos Servidores do IPASE reuniram-se no salão nobre daquele Hospital, visando conseguir equiparação de vencimentos com os procuradores, dando o presidente eleito pelo presidente da República que equiparou os empregados das autarquias do Ministério da Viação e Obras Públicas aos procuradores.

De lá para cá, toda uma labareda incendiou a classe médica carioca, unindo-a sob o comando da Associação Médica do Estado da Guanabara até a vitória final, que se aproxima.

Médicos de vários Institutos de Previdência Social reuniram-se em memoráveis assembleias, organizaram-se, tiraram suas subcomissões, entraram na Comissão Central, retirada numa das Assembleias Gerais da AMBO, no auditório do IAPC (600 médicos) e levaram de arrancada sua luta até a audiência no dia 4 com o Presidente da República.

Nesta audiência, além da Diretoria da AMEG e da Comissão Central Pro-Equiparação, fizeram-se representar subcomissões do IPASE, do IAPM, do IAPB, do IAPI, do IAPC, do IAPPEFC, do IAPETC, do SAPB, dos médicos Federais, do SAMDU, etc., graças ao trabalho de mobilização, das quais cerca de 1.500 médicos estiveram presentes à audiência.

Por que tão rapidamente uniram-se os médicos para obter suas justas reivindicações?

Em primeiro lugar, devido à proletarianização da classe médica, visto hoje os médicos viverem praticamente de salários, pois a clínica privada desapareceu com o empobrecimento das massas assalariadas e a organização dos serviços médicos da Previdência Social.

Em segundo lugar, porque transformando-se em assalariados os médicos vêm sendo explorados e seus salários vinham caindo assustadoramente.

Tomando-se por base o ano de 1948, em que o salário mínimo dos médicos (letra K Cr\$ 4.310,00) equivalia a 1,34 salários mínimos, atualmente os salários oscilam de 2 a 3 salários mínimos. Segundo o Dr. Wilson Cruz chefe da Divisão de Estatística do Ministério do Trabalho, com Cr\$ 8.400,00 correspondente a letra "O", em 1948 comprava-se 1.167 quilos de carne e com Cr\$ 85.000,00 em 1963 comprava-se apenas 13 quilos de carne.

De todos os profissionais liberais, os únicos que mantiveram seus salários com poder aquisitivo equivalente ao de 1948, foram os procuradores.

Ora, os médicos passam por curso mais longo que advogados e engenheiros, seu trabalho na manutenção da saúde do povo, da qual depende a mão-de-obra, é fundamental à produção e à riqueza do país.

Por que a discriminação quanto aos seus salários? Justamente, porque os médicos mantinham-se desunidos, isolados e virando-se, cavando dois a três empregos para manter suas famílias e um padrão científico elevado.

Agora, uniram-se e disseram um basta à exploração e ao menosprezo a que eram submetidos.

Dos estudos e debates, chegaram os médicos à conclusão de que podiam ser equiparados aos procuradores, pela regulamentação da lei 3.992 de 1961, que concedia 3 salários mínimos aos médicos, trabalhando em empresas privadas. Como a lei estipula 3 salários por 3 horas de trabalho, as comissões opinaram que em 6 horas — horário normal dos médicos funcionários públicos — deverão ser-lhes pagos 6 salários mínimos, equivalentes aos que percebem os procuradores.

O presidente João Goulart achou justas as reivindicações dos médicos e encaminhou o memorial à Diretoria do decreto de regulamentação ao ministro da Educação, Dr. Wilson Fadul, prometendo assinar tal decreto no dia em que o ministro o aprontar. Os médicos aguardam para o próximo dia 13 a assinatura do presidente da República do decreto que lhes concederá 6 salários mínimos.

MOINHO INGLÊS PERSEQUE

A Diretoria do Moimho Inglês vem perseguindo sistematicamente os funcionários da empresa que assinaram uma petição de julgamento à Justiça do Trabalho a respeito do novo horário de serviço.

A modificação do expediente interno do Moimho, ocorrida no dia 3 de janeiro passado, veio ampliar arbitrariamente, sem consultas ou aviso prévio, o horário de serviço dos empregados em uma hora e meia por dia. O horário, agora aumentado, foi estabelecido há 29 anos e constituía reivindicação dos trabalhadores e eliminação do expediente aos sábados (o expediente aos sábados foi também diluído).

Mesmo com ameaças insuportáveis os funcionários não se estão deixando amedrontar diante das arbitrariedades da diretoria e marcharão para o julgamento do TRT, dia 20 próximo, com determinação e confiança no desfecho da sua luta.

MANEJOS NO DNT

Está marcada para sexta-feira, às 16 horas, no Departamento Nacional do Trabalho, a primeira mesa-redonda entre trabalhadores e representantes do Sindicato da Indústria para discutir as novas bases para a assinatura do próximo acordo coletivo. Nessa mesa-redonda os patrões manifestar-se-ão a respeito da reivindicação dos operários que pleiteiam aumento de 120%.

PROFESSORES: 100% O AUMENTO

Em assembleia realizada no dia 5 último, na sede do sindicato, os professores de ensino médio e primário da Guanabara concordaram com a contraproposta patronal de aumento geral de 100%.

Além da majoração salarial, o acordo, que deveria ter sido assinado ontem no DNT, deve contar as seguintes cláusulas: 1) pagamento de Cr\$ 800,00 por aula de grau médio para turmas de até 35 alunos e de Cr\$ 900,00 para turmas de mais de 35 alunos; 2) pagamento de Cr\$ 400,00 por aula primária para turmas de até 35 alunos e de Cr\$ 450,00 para turmas de mais de 35 alunos; 3) criação de uma comissão paritária para apresentar parecer sobre os seguintes pontos: a) revisão salarial; b) gratificação de 20% por quinquênio de serviço; e) 10% de valorização profissional.

UPB

A União dos Previdenciários do Brasil deu início, dia 5 próximo, às sucessivas assembleias de mobilização dos previdenciários para a conquista de reajustamento imediato dos salários, em paridade com os vencimentos de militares. Da pauta das discussões da 1ª assembleia, realizada na Delegação do IAPI, localizada à rua Marechal Câmara, 370, constaram também a defesa do sistema de colegiado ameaçado pelos empregadores e questões relacionadas com a situação dos delegados regionais do IAPI em São Paulo e Guanabara.

Conclamação e solicitação: "A Diretoria e o Conselho Deliberativo da União dos Previdenciários do Brasil conclamam a todos os previdenciários da Guanabara a encerrarem seus expedientes às 18 horas no dia 13. A UPB quer o comprometimento em massa dos previdenciários. Solicita também aos diretores dos órgãos regionais a enviarem notícias de suas atividades para publicidade no boletim informativo da entidade.

GRÁFICOS

Na reunião do Conselho dos Representantes, realizada no sábado, dia 7, foi decidida a reestruturação do Conselho, cumprindo resolução do último Congresso dos Gráficos, transcorrido em fevereiro de 1963. Essa reestruturação transformará o Conselho de Representantes em Conselho de Delegados Sindicais nas Fábricas.

Ficou também acordada a participação dos gráficos no comício de amanhã, dia 13. O ponto de concentração dos gráficos será nas instalações da sede do sindicato, na Av. Presidente Vargas, 529. Hoje, membros do sindicato estarão nas mesas de mobilização popular instaladas na Cinelândia.

FUNAGENS

Foi assinado quinta-feira, dia 8, o acordo entre os trabalhadores fumageiros e representantes da indústria de fumo. Nesse acordo os trabalhadores alcançaram várias melhorias, entre as quais se destacam os seguintes pontos:

- 1) aumento salarial de 45% a partir de 1.º de março;
- 2) férias de 30 dias;
- 3) pagamento em três parcelas da gratificação natalina.

Terça-feira a Guanabara amanheceu sem transportes coletivos. A greve dos rodoviários foi repentina, mas não acabou sem avisos e sem tentativas de parte dos empregados de evitá-la. O último ato — a greve — mostrou ao Departamento de Concessões do Estado e aos empregadores que rodoviário é só avisar que é pára, e ninguém faz o lote pára, e ninguém faz o lote pára, e ninguém faz o lote pára; e não a polícia.

Os motoristas e condutores firmaram em outubro do ano passado um reajustamento salarial com os patrões. Estes compareceram solenemente ao Ministério do Trabalho e assinaram as condições do entendimento. Naquela época os trabalhadores tinham suas reivindicações e, uma vez atendidas, não precisaram parar o trabalho. Tudo foi resolvido da melhor maneira. Entretanto os patrões não cumpriram os acordos salariais. Assim, durante cinco meses a maioria das cláusulas acordadas em outubro não foram respeitadas. Durante todo esse tempo os rodoviários buscaram entendimentos com os empregadores por meio do DNT e do Departamento de Concessões, em cuja alçada estava um dos problemas centrais, o das multas.

Nesse sentido foram convocadas quatro mesas-re-

donadas no MTIC sem que os patrões comparecessem a nenhuma delas, enquanto que numa reunião entre empregados e autoridades estatais, estas se comprometeram a sustentar a cobrança das multas até que houvesse um entendimento entre donos de empresas e rodoviários. Essa era uma solução, mas o Departamento de Concessões não a cumpriu nem um dia sequer, e os rodoviários continuaram a ser descontados em milhares de cruzeiros na folha de pagamento.

O Porquê da Greve

Com um acordo assinado, no qual os patrões não davam a mínima importância, aos rodoviários não restava outra solução que não greve, e ela foi decretada na segunda-feira às 22.40 pela assembleia geral dos trabalhadores que saiu do Sindicato e foi parar o sistema de transportes coletivos de toda a Guanabara. Nesse momento o Governador Carlos Lacerda entrou com sua Gestapo prendendo cerca de 200 trabalhadores, sem conseguir, porém, abalar em nada a disposição dos empregados, aumentando ao contrário as condições para o levantamento da parede que tinha caráter de serverência, devendo durar apenas 24 horas, pois com tra-

balhada greve a greve não acabava.

Além da condição acrescentada pela nova regulamentação de concessão, foram as seguintes as reivindicações dos rodoviários — todas estritamente dentro do acordo de concessão:

— Cumprimento da cláusula número seis, que determina o pagamento ao trabalhador desde o momento em que ele se coloca à disposição do empregador, uma vez que o tempo de trabalho é o mesmo, não há diferença de importância para os 20.000 rodoviários, pois eles são chamados ao serviço para uma determinada hora, e só são enviados aos carros horas depois, perdendo tempo de uma espera pela qual não são culpados.

— Pagamento das horas extraordinárias: bem que não é cumprido por quase nenhuma empresa, pois os patrões usam o estratagema de não entregar aos empregados os comprovantes de seus salários, dificultando inclusive a situação dos rodoviários em relação aos Institutos de Previdência.

— Outro aspecto impor-

tante é o das delegações sindicais, pois como se trata de um direito indicativo para os rodoviários, os empregadores recusam a apresentar o livro de controle por onde se vai ter conhecimento pelo DNT do cumprimento ou não de cada cláusula.

Das diversas cláusulas do acordo os empregadores não cumpriram a maioria. Não pagam as horas extras, não respeitam o horário de refeições nem o descanso, vivem a taxa de fiança dos cobradores, que é de sete mil e quinhentos cruzeiros no acordo, para 30 mil; pagam apenas o salário-mínimo aos lavadores que deveriam receber, segundo os cálculos de outubro, pelo menos quarenta e cinco mil cruzeiros; além de outras arbitrariedades tais como as despesas sumárias que quase sempre vão terminar na Justiça do Trabalho.

O Problema Das Multas

Do lado de todas essas exigências, os rodoviários enfrentam um novo e cruel problema, o das multas. Essas taxas, cobradas pelo Departamento de Concessões, são, segundo a legislação, de

responsabilidade de empresários, e se referem a ônibus parando fora do ponto ou circulando em partes abertas, sem cabinado nos pontos de parada, ou sem proibição de passageiros. Como por um lado o motorista tem que circular em condições precárias, e por outro as autoridades não pagam os salários por completo de ônibus transportadores, as multas acabam por milhares de cruzeiros para muitas empresas. Diante disso nada restou de mais senão aos patrões que lançar sobre os ombros dos empregados o pagamento de multas de responsabilidade da empresa. O resultado dessa medida é que cada rodoviário paga mensalmente uma média de doze mil cruzeiros de multas do patrão, havendo casos de motoristas que foram descontados em trinta mil.

O sindicato durante os últimos meses procurou entender-se com o Departamento de Concessões, obtendo dele a promessa de que enquanto o impasse entre empregados e empregadores não fosse resolvido não haveria mais cobrança de multas. Entretanto essa era mais uma das promessas do Governador Carlos Lacerda e as multas continuam a surgir.

Assim, estavam esgotadas quaisquer formas de enten-

dimenta. Os patrões insistiam em mesas-redondas. O governo estadual prometia e responsabilizava o Estado em casos de greve. Nenhum dos rodoviários e sindicalistas aceitou o salário descalçado. Preferiam a greve.

Lacerda se Engana

Avisado pelos seus oitros do DOPS, o governo estadual resolveu impedir a greve — veja lista de Lacerda — e para isso elaborou um plano que deveria entrar em ação ao mesmo tempo que os piquetes. Os dirigentes do sindicato já estavam marcados, e o tesoureiro João Fernandes foi preso ao acabar de jantar em companhia de dois funcionários do Sindicato. As vitórias do DOPS lançaram-se às ruas à cata de rodoviários. Acharam e prenderam duzentos, mas isso não adiantou nada, pois em poucas horas os vinte mil rodoviários das 133 empresas existentes na Guanabara foram avisados da greve e nem saíram de casa. Não saíram porque a greve era de todos eles, e Lacerda só compreendeu isso nas primeiras horas da tarde, quando não havia um só coléctivo na rua. Diante disso, temeroso, começou a soltar os rodoviários presos.

Reação Trama na Câmara Contra o Direito de Greve: Trabalhadores Alerta e de Sobreaviso

Os trabalhadores devem ficar atentos à manobra que se esboça na Câmara dos Deputados para a aprovação de uma lei que deslinda da Câmara o projeto de regulamentação do direito de greve, emendado pelo Senado e agora de retorno à Câmara, relatado pelo deputado Uílises Guimarães, na Comissão de Justiça.

Se esse projeto for aprovado e transformado em lei, o direito de greve estará liquidado no Brasil, porque ele não passa da reprodução do decreto-lei 9.070, oriundo ainda da época da ditadura de 1937, que impede completamente o exercício do direito de greve, assegurado pela Constituição da República, em seu artigo 158.

Fim de Direito

A regulamentação da lei constitucional que reconhe-

ceu o direito de greve, se for feita como se quer o deputado Uílises Guimarães apontado evidentemente pelo conjunto de deputados reacionários ainda existentes na Câmara, é a negação do direito de greve, a pretexto de regulamentá-lo a lei que o reconhece.

De acordo com o projeto, e os trabalhadores devem estar para a gravidade disso, a greve é ilegal quando não atende os prazos e as condições estabelecidas pela lei; quando faz reivindicações consideradas impróprias para o exercício do direito de greve; quando a greve é feita em nome de uma causa política, religiosa, econômica ou social; quando a greve é feita em nome de uma causa política, religiosa, econômica ou social; quando a greve é feita em nome de uma causa política, religiosa, econômica ou social.

De acordo com o projeto, e os trabalhadores devem estar para a gravidade disso, a greve é ilegal quando não atende os prazos e as condições estabelecidas pela lei; quando faz reivindicações consideradas impróprias para o exercício do direito de greve; quando a greve é feita em nome de uma causa política, religiosa, econômica ou social; quando a greve é feita em nome de uma causa política, religiosa, econômica ou social; quando a greve é feita em nome de uma causa política, religiosa, econômica ou social.

De acordo com o projeto, e os trabalhadores devem estar para a gravidade disso, a greve é ilegal quando não atende os prazos e as condições estabelecidas pela lei; quando faz reivindicações consideradas impróprias para o exercício do direito de greve; quando a greve é feita em nome de uma causa política, religiosa, econômica ou social; quando a greve é feita em nome de uma causa política, religiosa, econômica ou social; quando a greve é feita em nome de uma causa política, religiosa, econômica ou social.

METALÚRGICOS DE SP OBTEM 90% DE REAJUSTE; OS DA COSIPA, 100%

Com uma greve de 3 dias (de 2 a 4 deste), 210.000 metalúrgicos do interior do Estado de São Paulo conquistaram 90 por cento de reajuste, isto de Cr\$ 70.000,00, antecipação dentro de 6 meses, mínimo de Cr\$ 6.000,00 para os admitidos antes da data-base (1.º de março de 1963) e para os admitidos posteriormente a essa mesma proporção de um doze avos. Os 10.000 metalúrgicos da COSIPA, que prosseguiram em greve até às 3 horas do dia 8, além da obtenção de 109 por cento de aumento salarial, conseguiram várias outras reivindicações. Todas essas conquistas, somente se tornaram possíveis, devido à unidade e ao espírito de luta do setor, e à solidariedade recebida.

Proposta Achincalhante

Os empregadores, desconhecendo o avanço atingido por os metalúrgicos do interior, deram ultimamente, tiveram a ousadia de oferecer um "aumento" de 41,35 por cento. E sustentaram tal proposta, até quando o problema foi encaminhado ao TRT, o que se deu em virtude de não ter havido acordo nas numerosas reuniões, inclusive na DRT. Somente depois que o presidente do TRT apresentou uma proposta conciliatória de 90%, que os patrões ofereceram 73%.

Diante de tal intransigência, os trabalhadores não tiveram outra saída senão ir à greve. Apesar das violências policiais em quase todas as 30 cidades atingidas pela

paralisação, por sinal a primeira greve de âmbito estadual dos operários metalúrgicos, o sucesso do movimento foi satisfatório. Importante papel desempenharam os delegados de empresa. Em grande número de cidades, nem houve necessidade de piquetes. Saíram da tal forma fortalecidos os metalúrgicos do interior do Estado, que tudo indica que da próxima vez eles obterão outras reivindicações, inclusive um acordo com vigência de 8 meses, a fim de fazer com que a sua campanha salarial seja feita juntamente com os 700 mil trabalhadores integrantes do Pacto de Ação Conjunto (PAC).

Essa greve serviu também para tornar mais claro para os metalúrgicos, a vantagem que para eles representam as empresas estatais, independentemente do que isso tem de importância para a economia do país. Os 10.000 trabalhadores da COSIPA, que criaram condições de permanecer em greve mesmo depois da "ilegalidade" do movimento (após a decisão do TRT), somente voltaram ao trabalho, com a obtenção das seguintes reivindicações: não computação dos 10% de antecipação conseguidos em abril, os quais, somados aos 90% decididos pelo Tribunal, dão, na prática, 100%; adicional de 5% por cada 5 anos; salário-família de Cr\$ 2.500,00, extensivo à esposa; a viúva a receber a dependência do filho; adicional noturno de 20%; pagamento das taxas de insubordinação e periculosidade; aumento de 4 em 4 meses; custo de vida; sábado livre

à tarde a partir de maio; férias em dobro, assim que começarem a funcionar as secções de laminação e acaria.

Greve inédita Segundo declaramos e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Santos, Vitelbino Ferreira de Souza, a greve da COSIPA foi inédita em todo o Brasil. Somente trabalharam os operários que tinham autorização do Sindicato, o qual permitiu que os próprios trabalhadores fossem alimentados, bem como nos outros setores básicos da empresa. Declarou ainda, o líder operário, que sua entidade iria enviar uma carta à polícia, para que prosiga agindo como fez no decorrer da greve da COSIPA, quando desempenhou o seu papel, isto é, não se intrometeu na greve, ficando apenas zelando pela ordem.

Solidariedade Contribuiu, destacadamente, para o êxito do movimento grevista dos 22.000 metalúrgicos do interior, a solidariedade recebida. O Fórum Sindical de Santos aprovou uma resolução segundo a qual pararia toda a baixada santista, se recrudescerem as violências policiais observadas no início da greve. O CGT, na pessoa do seu vice-presidente, Dante Pelacani, a CNTI, através de seu diretor, Luiz Tenório de Lima, e ainda o secretário nacional profissional metalúrgico junto à CNTI, Joaquim Gonçalves, deram toda a solidariedade de suas entidades, acompanhando o desmoronar do movimento que veio mostrar o crescente índice de unidade e organização do operariado paulista.

Confederação de Servidores e PUA Unem-se Para Lutar Pró-Paridade

A Confederação Nacional dos Servidores Públicos está coordenada com o Pacto de Unidade e Ação para a luta pela paridade de vencimentos entre servidores civis — públicos e autárquicos — e militares, dispostos-se até a ir a uma greve nacional, que seria a primeira, se a paridade for negada pelo Congresso.

Em Brasília, já foi instalada a presidência do Conselho de Casa-Civil da Presidência da República, sr. Darcy Ribeiro, uma Comissão de Paridade enquanto o DASP já iniciou estudos sobre a classificação de cargos técnicos do serviço público, para determinar novos níveis de vencimentos para o funcionalismo público.

A Comissão de Paridade é constituída também pelo sr. Deger Serra, secretário de relações parlamentares da Presidência da República; sr. Carlos Taylor e Lício Rauer, representantes do funcionalismo público; e sr. Luis de Lima Cardoso e Manoel Pereira da Rocha, representantes do DASP.

Reivindicações A Confederação Nacional dos Servidores Públicos já elaborou a plataforma de suas reivindicações, resumidamente os seguintes: aumento de vencimentos com paridade dos militares; vigência do aumento a partir de 1.º de março; escala móvel de vencimentos; instituição de salário-família móvel; e finalmente 13.º salário mensal para todo o funcionalismo público a partir de 1963.

Alerta e Greve Ao coordenar-se com a Confederação Nacional dos Servidores Públicos a União dos Portuários do Brasil exortou as categorias de trabalhadores integrantes do Pacto de Unidade e Ação, do qual a UPB é uma das peças principais, a prepararem-se para uma provável "guerra psicológica" contra a paridade, de vencimentos entre militares e civis.

A UPB disse em nota estar disposta a realizar uma greve nacional de servidores públicos, autárquicos e de entidades de economia mista, se a paridade não for concretizada pelo Congresso Nacional.

Trabalhadores de S. Paulo, Minas e Estado do Rio Reúnem-se Aos da GB Para o Grande Comício

Até às últimas horas de ontem, quarta-feira, dia 11, já se fez a cerca de duzentos o número de sindicatos que participarão oficialmente da manifestação de amanhã na central. Esse cálculo, elaborado pelos organizadores do comício, leva em conta apenas os sindicatos que enviarão delegações à Central do Brasil, de forma que restam ainda centenas de entidades, impossibilitadas de viajar ao Rio de Janeiro, em seu apoio às reivindicações da manifestação por meio de alocos e decididos telegramas de solidariedade.

O primeiro Conselho Sindical a comunicar o envio de uma delegação à Guanabara foi o do Estado do Rio que organizou um sistema de transportes capaz de conduzir à Central milhares de trabalhadores. Para isso os fluminenses dispõem de uma frota de caminhões e ônibus que deverão partir de Duque de Caxias conduzindo os manifestantes daquela região e ainda os operários da

Petrobrás e da FNM. Além dos caminhões e ônibus que recolherão populares nas margens da rodovia, foi utilizado também um trem da Leopoldina, que saindo de Caxias irá até a Estação final da Praia Formosa. Terminada essa ligação por terra, os trabalhadores fluminenses poderão lançar mão ainda das barcas. Nesse sentido, serão realizadas concentrações nas terminais de Niterói e da Praça Quinze, concentrações estas que deverão transformar-se em passeatas a partir das 17 horas.

Finalmente, o comício recebeu a adesão do PAC de São Paulo e do Conselho Estadual de Minas Gerais. O primeiro, composto de 79 sindicatos, e quatro federações, deverá enviar à Guanabara um trem especial trazendo operários e dirigentes sindicais, o mesmo acontecendo com os sindicatos mineiros que deverão chegar à Central do Brasil para o grande comício.

Já está nas livrarias

OBRAS ESCOLHIDAS / 3º volume

K. Marx e F. Engels

Este volume completa a coletânea das principais obras dos fundadores do socialismo científico.

Preço Cr\$ 3.000,00

Publicação da

Editorial Vitória Ltda.

Rua Juan Pablo Duarte 80/sobrado

Tel. 22 18 18 — Caixa Postal 166

EC 00 — Rio/GB. Atende-se pelo reembolso postal.

NOVOS FUMOS

Propriedade da EDITORA ALIANÇA DO BRASIL LTDA.

Diretor
Orlando Bomfim Júnior

Diretor Executivo
Fragom Carlos Borges

Redator Chefe
Luis Gazzaneo

Gerente
Guttemberg Cavalcanti

Redação: Av. Rio Branco 257, 17.º andar, sala 1712 — Telefone 42.7344 —
Gerência: Rua Leandro Martins, 74, 1.º andar (Centro)

Endereço telegráfico:
NOVOSRUMOS

EDIÇÃO DE MINAS GERAIS

Diretor
Elson Costa

Gerente
Ney Velloso

Redação e Administração:
Rua dos Carijós 121,
2.º andar, S/204
Tel. 4-8666 — B. Horizonte

Sucursal de São Paulo
Rua 15 de Novembro 228,
8.º andar, sala 827
— Telefone 35-9453 —

Sucursal do Paraná
Rua José Loureiro, 133 —
3.º andar, S/311 — Curitiba

Assinaturas
Anual Cr\$ 1.500,00
Semestral 800,00
Trimestral 400,00

Assinatura Aérea
Anual Cr\$ 2.800,00
Semestral 1.500,00
Trimestral 800,00

N.º avulso Cr\$ 30,00
N.º atrasado 50,00

Esfomeadores do Povo Querem ir ao Golpe

As provocações do governador Vladimir e Belo Horizonte, a frustrada tentativa de deposição do governador Miguel Arraes, a conspiração dos parlamentares anti-reformistas para assegurar a eleição de uma maioria golpista para a mesa do Senado e da Câmara e, por último, a reunião subversiva realizada pelo CONCLAP, na Guanabara, são alguns dos sinais mais evidentes manifestados nos últimos dias, do desmoronamento das forças reacionárias em face do crescimento das lutas pelas reformas e do desumano intranquilidade com que defendem e pretendem perpetuar o atraso do País e a miséria das grandes massas de nosso povo. Os agentes do entreguismo e do latifúndio chegam ao atrevimento de proclamar a decisão — como acaba de fazer o apátrida Rui Gomes de Almeida — de resistir "legal ou ilegalmente" à vontade do povo brasileiro que clama pelas reformas.

«Insegurança»

A reunião das chamadas "classes produtoras" foi convocada pelo especulador Rui Gomes de Almeida e dirigida pelos líderes do CONCLAP — Edgar Moritz, Bhering de Mattos e outros — embora eles tenham falado a coragem para mencionar aquela sigla, irão sim a mesa do IBAD.

Não se tratou, como poderia parecer, de um encontro para o debate de problemas nacionais, da indústria e do comércio. Antes disso, foi uma reunião subordinada unicamente a um objetivo político: o golpismo. Isso se traduz não só nos históricos pronunciamentos feitos pelos representantes do latifúndio e do tubarão, mas no documento final que, segundo os promotores da reunião, "fixa a posição política das classes produtoras".

Todos os capítulos do golpismo são repisados, mais uma vez, pelo CONCLAP.

Chaves em que incluem, aliás, desde os dias turbulentos de 1934, marcados pela morte de Getúlio Vargas.

Do começo ao fim, falam, por exemplo, em "insegurança". Mas a que insegurança se referem? A de operário sem emprego, a de camponês faminto e que pede a qualquer momento ser expulso da terra ou assassinado pelos capangas do latifúndio; a dos empresários autenticamente nacionais prejudicados pela espoliação imperialista, a das massas populares que formam filas para comprar, quando encontram, o arroz ou o feijão por preços astronômicos? Não é esta, naturalmente, a "insegurança" que tanto preocupa os especuladores. "Insegurança", para eles, é não haver melhores facilidades à "iniciativa privada estrangeira", a de decretação do monopólio da importação de petróleo, é a repressão, mesmo tão tímida e parcial, aos sonegadores de gêneros alimentícios.

Reclamam, então, que é necessário haver segurança. E que sugerem para isso? Que se abram ainda mais as portas do Brasil aos trusts estrangeiros, que não se pense em atingir os privilégios dos latifundiários, que sejam reprimidas as greves e manifestações populares, que se respeite plenamente a "iniciativa privada", inclusive permitindo-se que se desenvolva a mais desenfreada especulação.

Anticomunismo

A partir daí, exploram como argumento segundo o anticomunismo. Se existe "insegurança" é devido à "infiltração comunista". O "comunismo" passa a ser, neste caso, tudo o que se opõe às causas do atraso do País e da miséria de nosso povo. E "comunismo" é organização dos trabalhadores urbanos em seus sindicatos e sua unificação no COTZ. É "comunismo", do mesmo modo, a sindicalização dos trabalhadores ru-

rais para a conquista do salário mínimo ou a denúncia da brutal espoliação dos camponeses pelos latifundiários. E "comunismo" não permitir que uma lata de óleo de cozinha, que vendida a 300 cruzeiros já é um absurdo, seja imposta às donas de casa por 1.000 cruzeiros.

Os apátridas e especuladores do CONCLAP teimam, assim, em explorar a chantagem do anticomunismo — instrumento tradicionalmente usado por todos os golpistas. Por esse meio pretendem ainda intimidar o Governo e alarmar certos setores das camadas médias, inclusive da indústria e do comércio.

E é evidente que essa exploração se faz, hoje, num tom muito mais desesperado do que antes, pois os próprios espoliaadores sentem que é cada dia menor a receptividade encontrada por tal chantagem.

Golpismo Aberto

A posição golpista desses grupos a serviço do imperialismo e do monopólio da terra, entretanto, não se afirma apenas por vias indiretas. Ao contrário, dominados literalmente pela história, têm já o desplante de se confessarem abertamente golpistas. Na reunião do CONCLAP, o especulador Rui Gomes de Almeida afirmou, com letras e com letras, que seus parceiros deviam organizar-se num chamado "Comando de Ação Política" para "fazer frente" — e esta citação é textual — legal ou ilegalmente, aos grupos comunistas. E a confissão cínica de que os inimigos do Brasil e de seu povo se colocam fora da lei na defesa de seus mesquinhos privilégios.

Nessa mesma reunião, um representante dos latifundiários de Pernambuco, frio e hediondo responsável por alguns dos assassinatos de camponeses naquele Estado — o barão do açúcar

Francisco Falcão — afirmou que os fazendeiros do Nordeste não querem saber de "solidariedade moral"; querem é que lhes sejam fornecidas armas, cada vez mais caras, para impedir a sindicalização dos trabalhadores e a reforma agrária. Esse mesmo latifundiário teve o inqualificável cinismo de declarar que os trabalhadores querem "ver a matança imperando em nosso País" — quando ele e seus cúmplices é que vêm matando em massa pela fome, anoa e fio, e já agora fuzilando covardemente os camponeses. Só em 1950, 10 camponeses foram assassinados em Pernambuco pelos capangas a serviço dos Francisco Falcão.

O emprego criminoso das armas vem sendo feito, aliás, em ampla escala pelos latifundiários — no Nordeste, em São Paulo, em Goiás, no Rio Grande do Sul. E não só os latifundiários pessoalmente, mas os governos lhes são servilizados, como o de Ademir de Barros.

O golpismo dessa camarilha se manifesta, em suas declarações de amor ao agente estrangeiro Carlos Lacerda. "Nossa esperança é o sr. Carlos Lacerda", esperneou, sob histéricos aplausos, um dos especuladores presentes à reunião do CONCLAP.

Resistência Democrática

Essa agitação golpista não surpreende as forças patrióticas e populares, especialmente os trabalhadores. As organizações democráticas mantêm-se vigilantes e prontas para smagar qualquer tentativa dos grupos antinacionais e reacionários de levar à prática os seus planos golpistas.

Demonstrando essa posição de vigilância, o Comando Geral dos Trabalhadores decidiu, em sua última reunião, decretar o "estado de alerta" em todo o País e convocar uma reunião nacional, dos comandos sindicais de todos os Estados, para a próxima segunda-feira.

O Brasil e a Reunião de Genebra em Genebra

Encerramos em Alta Gracia, na Argentina, em fim de semana passada, a reunião da Comissão Especial de Cooperação Latino-Americana (CECLA), em preparação à Conferência Mundial de Comércio e Desenvolvimento. O objetivo do encontro de Alta Gracia consistia em unificar as posições dos países subdesenvolvidos da América — excluindo feita, portanto, aos Estados Unidos — defender na Conferência Mundial de Comércio e Desenvolvimento a reunião em Genebra, a partir de 23 do corrente mês. Anteriormente, e com o mesmo fim, haviam-se encontrado em Brasília peritos governamentais da América Latina em política comercial. Em Brasília, em face da reunião haver sido patrocinada pela ONU, registrou-se a participação de Cuba; em Alta Gracia, a ausência dos cubanos decorreu do encontro haver sido realizado no âmbito da OEA.

Não conhecemos, ainda, a íntegra das conclusões a que chegaram os participantes da reunião da CECLA, mas através dos resumos distribuídos aos jornais pelas agências telegráficas, podemos concluir que não se afastaram daquelas resultantes da reunião de Brasília. Aliás, é digno de nota o fato de que nenhum jornal brasileiro tenha enviado um repórter, um representante, sequer, à reunião de Alta Gracia. Assim, o noticiário publicado, bem como os comentários, nem sempre apoiados nas informações divulgadas, não puderam deixar de refletir os pontos de vista daqueles que fizeram o resumo, a saber: o Departamento de Estado — e seu apêndice, a OEA — montam em cada uma dessas reuniões, São Paulo, por isso, comentários, que refletem fielmente os interesses dos Estados Unidos e contrários aos interesses da América Latina.

Um dos alvos preferidos dos ataques à atuação da delegação brasileira em Genebra, foi o embaixador Jaime de Azevedo Rodrigues, que a chefou. Por que isto?

Também deve estar ocorrendo que as críticas à delegação brasileira em Alta Gracia encontram outros propósitos, como, por exemplo, o de facilitar as negociações para o rescalonamento da nossa dívida externa. Os nossos credores, com efeito, não são outros senão aqueles mesmos cujas posições em Genebra deverão entrar, logicamente, em conflito com as teses que correspondem ao Brasil e aos demais países subdesenvolvidos. Por isso, os balões de ensaio em torno da exclusão do embaixador Azevedo Rodrigues e, em geral os critérios para a constituição da delegação brasileira, devem ser acompanhados de perto pelas correntes nacionalistas. A reunião de Genebra é importante demais para ser "negociada" e, muito menos, subestimada.

Os Mais Explorados da Construção Civil

Hércules Corrêa

Tramita na Assembleia Legislativa projeto de minha autoria, regulando a cessão do "habite-se". Esse projeto determina que o "habite-se" só pode ser concedido depois de feita a prova cabal de quitação de proprietários, empreiteiros e subempreiteiros para com a Delegacia do Instituto de Apoiamento e Proteção dos Industriários neste Estado.

Meu projeto permite um melhor controle da arrecadação das taxas devidas às instituições de previdência, e que por sua vez tornará possível a expansão e melhoria dos benefícios concedidos aos segurados. Atualmente, não é possível e inviável o controle da cobrança dessas taxas.

São numerosas e variadas as formas de burla postas em prática na construção civil pelos sonegadores. Meu projeto, subordinando a concessão do "habite-se" à prova de quitação com o Instituto, evita que estes empreguem trabalhadores que não possuem carteira. Não possuindo carteira nem descontando para o Instituto, o dono da obra, ao declarar a família, ao declarar o patrimônio pessoal, ao declarar o salário inter-sindical, à assistência médica extensiva à família e à indenização e aviso prévio em casos de demissão.

Segundo estimativa do Instituto, dos 120 mil trabalhadores da construção civil existentes na Guanabara

sómente 40 mil descontam para a previdência social. Os que não descontam, colocam-se, assim à margem da previdência social. Não ficam em situação de inferioridade perante os demais companheiros. Recebem 80% ou 70% do salário mínimo, não possuem nenhuma das vantagens concedidas aos possuidores de carteira e são obrigados a trabalhar horas extras sem remuneração.

Os empregadores que sonegam o pagamento das taxas de previdência social recebem essas taxas de empreiteiros e subempreiteiros que procuram o Rio de Janeiro quando os benefícios concedidos aos segurados. Atualmente, muitas vezes são presos como vadios, por falta de documentos. A própria polícia em alguns casos deixa de prender esses trabalhadores sem carteira, pela simples observação de que suas mãos são calosas.

Os principais sonegadores do pagamento de taxas dos Institutos são os subempreiteiros. Estes representam o número mais considerável de empregadores na construção civil. Como se sabe, na construção de uma grande obra há uma extensa subdivisão de empreiteiros. Assim, são entregues a subempreiteiros as obras de escavação, fundação (concreto armado e estacas), caixas de vergões, instalações embutidas para força e luz, revestimento interno, revestimento externo, colocação de portas e janelas, colocação de vidros, externas, instalações

externas, instalações sanitárias, colocação de marmores e de ladrilhos, pintura a óleo, aplicação etc. Cada uma dessas especialidades é entregue a um subempreiteiro e geralmente em cada uma das obras são atribuídas as mesmas tarefas a outros tantos subempreiteiros.

Como e por que o subempreiteiro sonega o pagamento das taxas dos Institutos? Negligenciando apenas uma parte da construção de uma grande obra, ele é mais desconhecido, mais fácil de subornar por um fiscal, e quando chega a hora da cobrança já está noutra obra, dificilmente localizável.

Estabelecido que o "habite-se" só será concedido depois da prova cabal de quitação de proprietários, empreiteiros e subempreiteiros para com a Delegacia do Instituto, os proprietários das obras serão os primeiros a não aceitar a colaboração de firmas que não cumpram a lei. Só assim poderá haver uma fiscalização capaz de melhorar a arrecadação e de tornar possível a melhoria dos benefícios. Contudo, o mais importante em meu projeto, é que ele contribuirá para se pôr fim à exploração dos trabalhadores na construção civil, não portadores de carteira, os quais hoje representam dentro da categoria profissional, a maioria, pois dos 120 que trabalham na Guanabara só 40 mil estão legalizados e aptos a usufruir as vantagens asseguradas em lei.

Jornalistas Cariocas Lançam Manifesto Exigindo Reformas de Base Sem Mais Adiamento

"Realização imediata das reformas de base, para que se abra o caminho do progresso e do bem-estar a milhões de homens e mulheres até hoje à margem dos benefícios da civilização": essa é a exigência dos jornalistas profissionais do Estado da Guanabara, expressa em manifesto dirigido a todo o povo brasileiro, e que termina conchitando ao comparecimento em massa ao comício de amanhã, sexta-feira, 13, na Central do Brasil.

O Manifesto

E o seguinte o texto do manifesto: "Os jornalistas do Estado da Guanabara, que sentem no trabalho, diário, as esperanças e as angústias populares, manifestam o seu mais veemente apoio à realização imediata das reformas de base, para que se abra o caminho do progresso e do bem-estar a milhões de homens e mulheres até hoje à margem dos benefícios da civilização."

Consideram os jornalistas que não mais devem ser retardadas:

— a reforma agrária, para que se garanta a terra a todos os que a queiram trabalhar e torná-la produtiva;

— a reforma eleitoral, com a concessão de direito de votar e ser votado a todos os cidadãos, inclusive os sargentos, cabos e soldados das Forças Armadas e auxiliares e os analfabetos;

— a existência como partido político de todas as correntes ideológicas e a consolidação e a ampliação das liberdades democráticas, ameaçadas pela onda crescente do fascismo e do terrorismo;

— a reforma tributária, para que sejam gravadas as grandes fortunas e os grandes rendimentos, e não apenas os salários, como ocorre atualmente;

— a reforma financeira, para que se assegure a adoção do monopólio estatal do câmbio e do comércio exterior e a rigorosa execução da Lei de Remessa de Lucros, estancando o intolerável processo de submissão da economia nacional às influências das corporações estrangeiras;

— enfim, todas as medidas que dotem o País de uma nova política e que libertem o povo da

carestia, da intranquilidade, e da incerteza do futuro.

Para que o clamor por essas medidas seja ouvido pelos poderes constituídos da República, sobretudo pelo Congresso Nacional, os jornalistas conclamam o povo a comparecer em massa ao comício do dia 13, na Central do Brasil, para realçar que 1954 deva ser o Ano das Reformas.

Rio de Janeiro, março de 1954, (sa.): Octávio Malta, José Silveira, Paulo Francis, Moacyr Wettern de Castro, Walmar Dutra, Geir Campos, Edmar Morel, João Saldanha, Oswald Costa, Newton Carlos, Hélio Pedrosa, Teófilo Neto, Oscar Maurício Assis, João de Souza Lima, Ivo Ramos, Ney Franco, Melchior, Elton Rodrigues do Assis, Vicente Cunha Maranhão, Pinheiro Júnior, Petrônio dos Santos, Silvio Martins Paizão, Balaio Filho, Antônio Carlos Rodrigues, Romualdo Teófilo Baena, Berilo Dantas, João Serra, Vinícius Paulo de Seixas, Sebastião Campos Naufel, Cido R. Santos, Paulo Moreno de Almeida, Sérgio Louro, Sígnio Carneiro, J. Carneiro, Edmir José Soares, Antônio José Zanchetta, Sebastião José de Assis Castro, Vinícius Pedranli, Gérson Matos Pereira, Amari C. de Brito, Alberto Feltosa, Geraldo Castro, Jesus Augusto Demby Correia, Raimundo Mala Fonseca, Carlos Penafiel, Alvaro G. de Queiroz, Rossini Rossi, Luis de Almeida Castro Júnior, Milton Soares do Amaral, Severino de Moura Carneiro, Milton dos Santos Matos, Lusirindo Ernesto da Silva, João Ribeiro da Silva, José Ubiratan Solino, Jorge de Miranda Jordão, Dery Barreto, Silva Jaime Negreiros, A. Campelo, Ascânio Monteiro, João Máximo F. Chaves, Augusto Lopes Pontes, Waldemir Pignatelli Nobos, Roberto Dantas, Gildávio Bastos Ribeiro, João Duque Estrada Meyer, Danúbio Rodrigues, Ruy Bello, Clecy Ribeiro, Gontran Velga Jardim, Ivo Cardoso, Carlos Pinto, José Carlos Avelar, Fabiano Vilanova Machado, Carlos Aculo, Everaldo Guilhon, Deodato Maia, Fernando Segismundo, João Constantino Ribas, João Antônio Mastrelli, Italo Saldanha da Gama, Astrolábio Pereira, Josué Almeida, Fragmon Carlos Borges, Luis Gazzaneo, Almir Matos, Martin Carlos, Nilson Azevedo, Renato Portela, Fred F. Quartaroli, e outros.

SÉXTA FEIRA - 13
— ÚLTIMA ESPERANÇA —



CONCLAMAÇÃO - COMÍCIO DO DIA 13

O Sindicato dos Bancários conclama todos os trabalhadores em bancas da Guanabara a comparecerem ao grande comício da Central, no próximo dia 13. Então o povo reivindicará, na presença do presidente da República, as reformas de base que atendam aos interesses nacionais e propiciem melhores condições de vida para as grandes massas brasileiras.

Juntandose aos demais trabalhadores e partilhando do seus reclamos, estaremos também empunhando a bandeira de uma reforma bancária progressista, cuja importância e necessidade desde muito já foram compreendidas pelos bancários.

Por outro lado, queremos informar que a COMISSÃO PERMANENTE DAS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS (CPOS) estabeleceu para o dia do comício, os seguintes pontos de concentração, de onde, às 17 horas, os trabalhadores seguirão para a Praça da República.

1. Em frente ao SINDICATO DOS BANCÁRIOS, Av. Pres. Vargas, 502, Bancários, securitários, comerciantes, gráficos, Petrobrás, censitários do IBGE, aeronautas, aeroviários e demais profissões que trabalham na cidade.
2. PRAÇA 15 DE NOVEMBRO: Pessoal do Lóide e dos estaleiros, operários navais e trabalhadores fluminenses.
3. RUA CAMERINO, Em frente ao Sindicato dos Rodoviários: Portuários, estivadores, marítimos, rodoviários, eletricitistas, trabalhadores em moinhos, orla marítima, etc.
4. PRAÇA DA BANDEIRA, Em frente ao Sindicato dos Têxteis: Têxteis, metalúrgicos, trabalhadores em empresas de bebidas, Energia, Gás, Telefone, Carris.
5. PRAÇA ONZE DE JUNHO: Sapateiros, padeiros, hoteleiros e servidores da Central do Brasil.
6. ESTAÇÃO BARAO DE MAUA: (Leopoldina) Ferroviários e pessoas que vierem nos trens especiais.
7. MINISTÉRIO DA MARINHA: Servidores públicos e autárquicos.

Rio, 12-3-1954.

A DIRETORIA

Prestes na GB e em Niterói: 5º Aniversário de NR

O 5º aniversário de NOVOS RUMOS, transcrito na primeira semana deste mês, será comemorado na Guanabara e no Estado do Rio com uma conferência de Luis Carlos Prestes sobre "A situação política e o papel da imprensa do povo".

Na Guanabara, a comemoração será no próximo dia 17, terça-feira, às 19:30 horas, no auditório da ABI (rus Araújo Porto Alegre, 11).

No Estado do Rio, o ato realizarse-á no dia 18, quarta-feira, às 18 horas, no Sindicato dos Operários Navais (rus Benjamin Constant, 385 — Niterói).

CONVITES

Para o ato na ABI, os convites podem ser procurados nos seguintes locais:

Gazeta Sindical (rus Evaristo da Veiga, 18, 4.º andar); Jornal da Orla Marítima (rus Benedito Pompeu, 123); revista Problemas da Paz e do Socialismo (rus da Assembleia, 24, salas 204 e 204); redação e gerência de NOVOS RUMOS (av. Rio Branco, 257, sala 1712); e rus Leandro Martins, 74, 1.º andar; e na rus Senador Dantas, 117, 4.º andar; — Edifício Santos Wablia 1405 — Edifício Santos Wablia No Estado do Rio, os convites estão à disposição dos interessados nos seguintes endereços: rus Almirante Teffé, 632, sala 106; rus Marquês de Caxias, 24; rus Marechal Deodoro, 74 (Sindicato dos Rodoviários de Niterói); e no próprio Sindicato dos Operários Navais, local da comemoração.

As vésperas da realização do comício da Central do Brasil é cada vez mais nítida a diferença de atitudes nos dois campos em que se divide o País, diante da grande manifestação. As forças populares — as organizações de operários, camponeses, estudantes, servidores públicos e outras, entregam-se ao trabalho de organização da manifestação. Enquanto isto a reação cai em desespero. O governador da Guanabara, com a vocação de piloto suicida, mais uma vez atravessa, a jato, a barreira da demência. Decretou ponto facultativo nas repartições do Estado para o dia 13, sob alegação de que o comício, "convocado pelos comunistas, é um desafio ao Exército e à autoridade estadual", como se não fosse evidente o divórcio entre o Exército e o governo estadual e como se não tivesse entregue ao Exército a garantia de segurança para a realização do comício.

Para os inimigos das reformas a reunião do povo na praça pública, ao lado do sr. João Goulart e de governadores estaduais, representa alguma coisa de calamitoso.

O movimento contra os privilégios do Clube dos Contemporâneos entretém os que se beneficiam com a espoliação estrangeira e a estrutura agrária sancionada no latifúndio. Estes beneficiários de uma situação que o povo considera insuportável representam classes que sempre se opuseram ao progresso. Mas devemos levar também em consideração que as próprias classes se modificam, segundo se vão transformando as condições econômicas. Assim, enquanto no campo nacionalista é cada vez mais firme a atitude da classe operária e de

seus aliados em defesa de uma política de completa libertação nacional e de liquidação dos fatores internos de atraso, no campo entreguista e reacionário é cada vez mais desesperado o apego a sistemas que estão caducando.

O "Jornal do Brasil", embora menos escandaloso que "O Globo", representa a imprensa do Clube dos Contemporâneos. A respeito do comício, a imprensa filha da Condição Papalina noticiou que o presidente da República mandou a família para Brasília. A fim de afastá-la "do centro dos acontecimentos do dia 13". O jornal parece admitir que o coronel Borges, estrategista da guerra psicológica no "patch" de 1961, conseguirá convulsionar no dia 13, todo o Rio de Janeiro, numa tempestade imensa, cujos vagalhões atingirão o Palácio das Laranjeiras.

Qual a inspiração dessa notícia, que atribui o embarque para Brasília da senhora e dos filhos do presidente da República a um movimento preventivo de segurança? O poeta que escreveu, com interpretação alarmista; a notícia da fuga para Brasília como versão moderna da fuga para o Egito, decreto tem ideias que lhe brotam do cérebro com efervescência. Mas essas ideias sofrem as influências de um ambiente. Elas refletem a tragédia do campo reacionário, o alarmismo dos que temem a mudança e a perda de privilégios. Esse alarmismo exacerba ao máximo a insensatez mental do governador-porfia, afetado também, numa gradação variável, todos os escalões do campo entreguista. A própria fidalga Papalina e seus cortejos perdem o controle dos nervos, tornando-se frenéticos.



Panamá, Canal de Dólares

NÚMEROS PROMISSORES

Interessantes dados foram divulgados pelo Anuário Estatístico da Tchecoslováquia, sobre os problemas das enfermidades contagiosas. A paratuberculose, de que houve 1.074 casos em 1957, passou para 313 em 1958, 289 em 1959, 61 em 1960. De 1961 em diante, não foi assinalado um só caso de poliomielite em todo o país. Outras doenças, como sarampo e coqueluche tiveram seus índices profundamente reduzidos. Assim é que, esta última, em que foram apontados 63.990 casos em 1956 e 53.112 em 1957, veio diminuindo com o correr dos anos, e já em 1962, em toda a Tchecoslováquia, não houve mais que 5.816 casos. Sérios estudos sobre a cura do sarampo estão em curso no Instituto de Bóros e Vacinas.

A VIDA MELHORA

A renda real dos trabalhadores húngaros deverá elevar-se em cerca de três por cento em 1964, segundo prevê o plano de economia nacional deste ano. A renda nacional terá um acréscimo de 6 a 7 por cento, em relação a 1963, destinando-se uma grande parte a investimentos que visam ao aumento do bem-estar da população. As previsões são de que haverá um aumento de cinco por cento do comércio varejista. Os salários de algumas categorias de trabalhadores já sofreram aumentos e outros serão adotados até o fim do ano. O orçamento de 1964 prevê um aumento de 8,5 por cento das despesas de caráter sanitário e social.

INDÚSTRIA DO FRIO



A indústria de construções mecânicas da Rumania instalou uma fábrica frigorífica na instalação frigorífica número 10.000, produzida pela fábrica Tehnofrig de Cluj. Essa empresa constrói instalações para a indústria da carne, leite, panificação e azeites. Há pouco, iniciou a fabricação em série de compressores de 100.000 kilocalorias/hora, assim como um compressor de 500.000 kilocalorias/hora, para produzir temperaturas inferiores a 30 graus Celsius.

DEIXAM O PARAÍSO

Nas primeiras semanas de fevereiro, deste ano, 427 cidadãos da Alemanha ocidental pediram asilo às autoridades da República Democrática Alemã. Entre eles, estavam 123 operários especializados. Depois de permanecerem quinze dias nos centros de acolhida, foram-lhes oferecido trabalho e moradia em várias cidades da RDA. A proposta, somente o número de jovens que solicitaram acolhida à RDA a partir de janeiro de 1961, atinge a mais de 25.000.

CLUBES DIFUNDEM CULTURA

Na aldeia de Glowyce, Polónia, acaba de inaugurar-se o 1000º Clube da Imprensa e do Livro. Até agosto do ano passado, havia em todo o país 100 clubes e se espera que, no final de 1964, seu número atinja a 3.000. Esses clubes são mantidos pela própria população do lugar, com a ajuda da Empresa de Propagação e Distribuição do Livro e do Jornal. Nos respectivos locais, encontram-se à disposição de todos uma grande variedade de revistas, jornais e livros. Há também diversos jogos de salão, além de aparelhos de rádio e televisão. Diversos atos de caráter cultural são organizados por iniciativas dos clubes.

TROCA DE EXPERIÊNCIA

A biblioteca anexa à Academia Búlgara de Ciências e Letras é a base da documentação e informação científica sobre questões agrícolas. No ano de 1963, ela enviou a 63 países 11.047 publicações acadêmicas e 688 volumes de outras informações, ou seja, um total de 11.735 volumes. E recebeu 9.333 publicações estrangeiras. A Bulgária participa, também, do trabalho do centro de informação e documentação científica e técnica agrícola internacional, criado por decisão da CAME (Conselho de Ajuda Mútua Econômica).

CENTRAIS PARA O MUNDO

Há muitos anos a RDA produz equipamentos, seções e centrais elétricas completas, que são exportadas aos países de três continentes. As três empresas mais importantes da República Democrática Alemã, situadas em Dresden, Goerlitz e Berlim, oferecem a seus clientes não só a possibilidade de completa montagem de centrais elétricas, prontas a entrar em funcionamento, como também a formação na RDA do pessoal para operar as usinas. Com a crescente industrialização de muitos países, houve um rápido aumento do consumo de eletricidade, com o consequente aumento da demanda de máquinas, equipamentos e centrais completas. E preciso acrescentar que o consumo "per capita" da RDA já superou ao da Alemanha ocidental, França e Bélgica.

UM BOM REPOUSO

Mais de cinco milhões de pessoas utilizaram-se, em 1963, de 1.100 sã-nátórios e casas de repouso existentes na União Soviética. Antes, os locais prediletos para serem seguidos por cada uma das armas do exército nazista. Liquidar os remanescentes do país tchecoslovaco do Estado tchecoslovaco — era a meta de Hitler. E que dizia ele disso? "O mundo inteiro deverá compreender que se trata de uma simples medida pacífica, completamente dissociada da guerra" — diz um apêndice assinado por Keitel e adicionado

Agora, cresce a popularidade dos estabelecimentos construídos nos Urals, Sibéria, no Extremo Oriente e Ásia Central. No território da URSS foram descobertos e analisados cerca de 4.000 mananciais de águas minerais e 700 jazidas de terras medicinais.

Vitor Porto

(economista norte-americano)

Para justificar a atitude de Washington a respeito do Panamá insiste-se na afirmação de que o canal não dá lucros, pretende-se que é virtualmente uma obra de caridade, em favor do Panamá.

Lucinda Turner, que vive na zona do Canal, em uma carta de 17 de janeiro ao "New York Times" afirma que os "Estados Unidos, em todos os anos de posse, jamais obtiveram lucros de suas operações no canal". Paul P. Kennedy, no mesmo jornal (18 de janeiro), comunica que, seguida a administração do canal, os gastos excederam em ingentes somas em milhões de dólares no exercício financeiro de 1961 e em um milhão e 700 mil no de 1962. E Merrill Whitman, secretário da Companhia do Canal de Panamá, declarou à subcomissão da Câmara de Representantes: "Esperamos poder sair lucrando até fins de 1965", mas qualquer aumento de que se paga ao Panamá "forçaria a elevar a peagem para compensar as perdas".

O orçamento dos Estados Unidos indica que no ano econômico de 1964 o canal deve obter 68.500.000 dólares de peagem e gastar 22.800.000 dólares nas operações de transporte com um lucro de 45.700.000 dólares. Note-se que os gastos contínuos só uma terça parte dos ingressos. Por outros rendimentos (reparação de barcos, operações dos comissários da companhia, serviços etc.) projeta-se obter 41.600.000 dólares, importando os custos em 30.000.000 dólares, o que significa 11.600.000 dólares de lucro. Portanto, o total líquido das operações sob o canal é de 57.100.000 dólares. Os 1.030.000 dólares que os Estados Unidos pagam ao Panamá anualmente representam menos de 1 por cento dessa quantia. O restante é apropriado pelo governo dos Estados Unidos da seguinte forma: — A companhia do canal paga 10.000.000 dólares à administração da zona do Canal, soma que cobre inteiramente os gastos da administração militar norte-americana na zona do Canal.

A companhia do canal paga 10.000.000 dólares à administração da zona do Canal, soma que cobre inteiramente os gastos da administração militar norte-americana na zona do Canal.

Dia 15 Lembra Invasão da Tchecoslováquia: 25 Anos

A 15 de março de 1939 os exércitos nazistas da Alemanha de Hitler ocuparam a Tchecoslováquia: o que restava da Tchecoslováquia mutilada e humilhada em Munique. Um dia antes, 14 de março, a Eslováquia se separou do país. Terminava assim a marcha iniciada por Hitler em Munique, da conquista e do esmagamento da Tchecoslováquia, que ele queria transformar em meio protetorado do Terceiro Reich. A ocupação da Tchecoslováquia era apresentada por Hitler como um ato de paz, que ele dizia ameaçada pela incapacidade do governo tchecoslovaco. Em março de 1939 houve pessoas — e por estranho que pareça ainda as há hoje entre os "municípios" — disfarçados — que não consideravam a invasão da Tchecoslováquia um ato de força e acreditavam na propaganda de Goebbels de que o presidente tchecoslovaco Emil Hácha a solicitara a Hitler, como proteção.

Mentira. A realidade foi outra, todavia. Os documentos da época são testemunhos eloquentes que demonstram o cinismo dos nazistas que ocuparam o poder na Alemanha. Três semanas apenas depois da separação das zonas fronteiriças da Tchecoslováquia — fato que Hitler quis apresentar como uma reivindicação derradeira do Terceiro Reich, que em seguida selaria pela paz na Europa Central — o alto comando das forças armadas alemãs dirigido por Hitler preparou novas atos de agressão. Por uma ordem ultra-secreta de 21 de outubro de 1938, Hitler fixou três objetivos fundamentais para o exército alemão, sempre pronto a cumprir-los: assegurar a integridade das fronteiras alemãs; liquidar a parte restante da Tchecoslováquia; e ocupar o distrito de Memel.

Hitler objetivava ocupar a Boêmia e a Morávia e isolar a Eslováquia, e para isso elaborou diretrizes estratégicas para serem seguidas por cada uma das armas do exército nazista. Liquidar os remanescentes do país tchecoslovaco do Estado tchecoslovaco — era a meta de Hitler. E que dizia ele disso? "O mundo inteiro deverá compreender que se trata de uma simples medida pacífica, completamente dissociada da guerra" — diz um apêndice assinado por Keitel e adicionado

de 5.700.000 dólares, tendo idêntico de 9.400.000 no ano econômico de 1962.

A "perda" de 1.700.000 dólares que afirmou ter sofrido a administração geral do Canal, incluindo os custos do Canal e da administração da zona, havia 5.613 norte-americanos, que ganhavam um salário médio de 7.800 dólares por ano, e 12.444 panamenhos, que ganhavam um salário médio de 1.768 dólares por ano. A diferença aumentou em uma relação de 4 por 1. É pior ainda que a diferença contra os negros de Mississippi e aproximadamente a mesma imposta aos africanos pelos racistas da África do Sul.

O governo dos Estados Unidos privou os trabalhadores panamenhos do direito de comprar as mercadorias baratas dos armazéns oficiais norte-americanos, sem acrescentar-lhes nada aos salários. Além disso, entre 1953 e 1957 a administração reduziu em 4 mil o número de trabalhadores panamenhos no canal, incrementando bruscamente o desemprego. A senhora Turner atribui remunerações aos "homens de negócios panamenhos, que têm absoluto interesse em manter baixos os salários na zona do Canal". Essa justificativa tipicamente colonialista despreza o fato de que a maioria dos homens de negócios panamenhos são obra das corporações norte-americanas, dependem delas e atuam como distribuidores locais de seus produtos. Têm menos independência que nos Estados Unidos os donos de postos de gasolina em relação às grandes companhias petrolíferas.

Tudo isso é uma fraude. G. H. Roderick, então ajudante do secretário do Exército, declarou em 1955, quando foi submetido a ratificação o tratado revisado: "Além que se estabeleça uma escala salarial única, não significa isso que todos os encargos serão remunerados segundo as tarifas norte-americanas. Pelo contrário, os trabalhos para os quais forem contratados operários que vivem na área geográfica geral do canal continuarão sendo remunerados pelas tarifas locais ou um pouco melhoradas... Esta é a prática usual dos Estados Unidos no mundo".

Até hoje a maioria esmagadora dos empregados panamenhos são, remunerados tendo por base arbitrárias tarifas por hora, e seu salário é muito inferior ao mais baixo do recebido pelos cidadãos norte-americanos em serviços públicos. A Companhia do Serviço Civil dos Estados Unidos informa que em 1963, na zona do Canal, incluindo os custos do Canal e da administração da zona, havia 5.613 norte-americanos, que ganhavam um salário médio de 7.800 dólares por ano, e 12.444 panamenhos, que ganhavam um salário médio de 1.768 dólares por ano. A diferença aumentou em uma relação de 4 por 1. É pior ainda que a diferença contra os negros de Mississippi e aproximadamente a mesma imposta aos africanos pelos racistas da África do Sul.

Até hoje a maioria esmagadora dos empregados panamenhos são, remunerados tendo por base arbitrárias tarifas por hora, e seu salário é muito inferior ao mais baixo do recebido pelos cidadãos norte-americanos em serviços públicos.

Na mensagem que enviou ao Congresso, o presidente Lyndon Johnson pede providências legislativas para o problema do desemprego nos Estados Unidos. Johnson citou cifras. Oitocentos mil novos empregos foram criados no mês de fevereiro, mas não bastaram para suprir a necessidade do país que precisa dar emprego a 4 milhões e 500 mil desempregados. Jovens, principalmente.

Uma providência proposta é a redução da idade mínima para a prestação do serviço militar. De 18 para 17 anos. Tenta o governo dos E. Unidos assim promover a absorção — provisória — dos desempregados jovens pelo "trabalho" militar. Se a vida econômica não oferece empregos suficientes, o escape é a guerra, ou os correlatos da guerra. Eisenhower, ainda presidente, notou que a economia dos Estados Unidos sempre baseou sua prosperidade na guerra; e toda gente sabe que a indústria dos armamentos, que nos Estados Unidos é propriedade de particulares, vive à custa da "guerra fria", que exige mais e mais armas, e das guerras regionais em que os Estados Unidos estão sempre empenhados, como agora no Vietnã do Sul. A observação de Eisenhower é de um presidente: não vai ao fundo da realidade. Mas Gunnar Myrdal, que é economista — e sopo — há pouco tempo aprofundou mais a observação de Eisenhower que nem é de Eisenhower, sim geral, para mostrar que os Estados Unidos aproximam-se de uma perspectiva que amedronta os seus dirigentes: a da estagnação. A taxa de crescimen-

to do país é hoje de 4 por cento, e isso é considerado muito baixo. Na mensagem que enviou ao Congresso, o presidente Lyndon Johnson pede providências legislativas para o problema do desemprego nos Estados Unidos. Johnson citou cifras. Oitocentos mil novos empregos foram criados no mês de fevereiro, mas não bastaram para suprir a necessidade do país que precisa dar emprego a 4 milhões e 500 mil desempregados. Jovens, principalmente.

As cidades norte-americanas em serviços públicos. A Companhia do Serviço Civil dos Estados Unidos informa que em 1963, na zona do Canal, incluindo os custos do Canal e da administração da zona, havia 5.613 norte-americanos, que ganhavam um salário médio de 7.800 dólares por ano, e 12.444 panamenhos, que ganhavam um salário médio de 1.768 dólares por ano. A diferença aumentou em uma relação de 4 por 1. É pior ainda que a diferença contra os negros de Mississippi e aproximadamente a mesma imposta aos africanos pelos racistas da África do Sul.

As cidades norte-americanas em serviços públicos. A Companhia do Serviço Civil dos Estados Unidos informa que em 1963, na zona do Canal, incluindo os custos do Canal e da administração da zona, havia 5.613 norte-americanos, que ganhavam um salário médio de 7.800 dólares por ano, e 12.444 panamenhos, que ganhavam um salário médio de 1.768 dólares por ano. A diferença aumentou em uma relação de 4 por 1. É pior ainda que a diferença contra os negros de Mississippi e aproximadamente a mesma imposta aos africanos pelos racistas da África do Sul.

As cidades norte-americanas em serviços públicos. A Companhia do Serviço Civil dos Estados Unidos informa que em 1963, na zona do Canal, incluindo os custos do Canal e da administração da zona, havia 5.613 norte-americanos, que ganhavam um salário médio de 7.800 dólares por ano, e 12.444 panamenhos, que ganhavam um salário médio de 1.768 dólares por ano. A diferença aumentou em uma relação de 4 por 1. É pior ainda que a diferença contra os negros de Mississippi e aproximadamente a mesma imposta aos africanos pelos racistas da África do Sul.

As cidades norte-americanas em serviços públicos. A Companhia do Serviço Civil dos Estados Unidos informa que em 1963, na zona do Canal, incluindo os custos do Canal e da administração da zona, havia 5.613 norte-americanos, que ganhavam um salário médio de 7.800 dólares por ano, e 12.444 panamenhos, que ganhavam um salário médio de 1.768 dólares por ano. A diferença aumentou em uma relação de 4 por 1. É pior ainda que a diferença contra os negros de Mississippi e aproximadamente a mesma imposta aos africanos pelos racistas da África do Sul.

As cidades norte-americanas em serviços públicos. A Companhia do Serviço Civil dos Estados Unidos informa que em 1963, na zona do Canal, incluindo os custos do Canal e da administração da zona, havia 5.613 norte-americanos, que ganhavam um salário médio de 7.800 dólares por ano, e 12.444 panamenhos, que ganhavam um salário médio de 1.768 dólares por ano. A diferença aumentou em uma relação de 4 por 1. É pior ainda que a diferença contra os negros de Mississippi e aproximadamente a mesma imposta aos africanos pelos racistas da África do Sul.

As cidades norte-americanas em serviços públicos. A Companhia do Serviço Civil dos Estados Unidos informa que em 1963, na zona do Canal, incluindo os custos do Canal e da administração da zona, havia 5.613 norte-americanos, que ganhavam um salário médio de 7.800 dólares por ano, e 12.444 panamenhos, que ganhavam um salário médio de 1.768 dólares por ano. A diferença aumentou em uma relação de 4 por 1. É pior ainda que a diferença contra os negros de Mississippi e aproximadamente a mesma imposta aos africanos pelos racistas da África do Sul.

As cidades norte-americanas em serviços públicos. A Companhia do Serviço Civil dos Estados Unidos informa que em 1963, na zona do Canal, incluindo os custos do Canal e da administração da zona, havia 5.613 norte-americanos, que ganhavam um salário médio de 7.800 dólares por ano, e 12.444 panamenhos, que ganhavam um salário médio de 1.768 dólares por ano. A diferença aumentou em uma relação de 4 por 1. É pior ainda que a diferença contra os negros de Mississippi e aproximadamente a mesma imposta aos africanos pelos racistas da África do Sul.

As cidades norte-americanas em serviços públicos. A Companhia do Serviço Civil dos Estados Unidos informa que em 1963, na zona do Canal, incluindo os custos do Canal e da administração da zona, havia 5.613 norte-americanos, que ganhavam um salário médio de 7.800 dólares por ano, e 12.444 panamenhos, que ganhavam um salário médio de 1.768 dólares por ano. A diferença aumentou em uma relação de 4 por 1. É pior ainda que a diferença contra os negros de Mississippi e aproximadamente a mesma imposta aos africanos pelos racistas da África do Sul.

largo, os sejam, 3 e 4 centavos por libra. Isto representa todos os gastos da União Fruta do Panamá, inclusive salários, impostos e outras coisas. A arrecadação da venda a retalho das bananas somente chega de 20 milhões de dólares.

A zona de livre comércio da Colômbia, desligada do território panamenho, está segregada economicamente e sob o domínio prático das companhias norte-americanas, cujos depósitos cobrem a zona. Aproveitando esta área franca, podem dominar com maior eficácia o comércio do Panamá e de outros países da América Central. Em 1961 os Estados Unidos escaparam cerca de duas terças partes das importações panamenhas e 9,3 por cento das exportações do Panamá.

As leis panamenhas permitem aos capitalistas norte-americanos constituírem companhias fictícias a usarem as contas correntes numeradas para iludir o fisco. A matrícula panamenha é utilizada pelas grandes companhias petrolíferas e de navegação para burlar as tarifas de salários, os direitos sindicais e os impostos vigentes nos Estados Unidos e contratar marinheiros panamenhos por uma remuneração colonial. Enfim, que significa a política dos monopólios norte-americanos no Panamá para os trabalhadores dos Estados Unidos? A posse da zona do Canal, além de cobrir de opórbrio mundial os Estados Unidos, custa caro ao povo norte-americano: — pagamos impostos para financiar os armamentos militares, os vencimentos dos militares e outros gastos estritamente militares, nas bases da zona do Canal; — pagamos a retidão a partir dos superlucros originados da elevada peagem sobre as mercadorias que passam pelo canal; — pagamos impostos e pagamos a inflação para cobrir a soma de muitas centenas de milhões que se forma graças a que as grandes corporações e indivíduos endinheirados burlam os impostos norte-americanos; — de dez a quinze mil marinheiros norte-americanos ficam sem trabalho pela transferência dos navios dos Estados Unidos à matrícula panamenha. Tal é a vertente econômica da política dos Estados Unidos no Panamá.

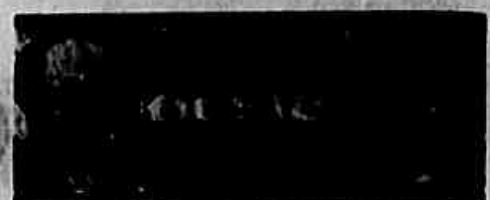
Desemprego Nos Estados Unidos. Na mensagem que enviou ao Congresso, o presidente Lyndon Johnson pede providências legislativas para o problema do desemprego nos Estados Unidos. Johnson citou cifras. Oitocentos mil novos empregos foram criados no mês de fevereiro, mas não bastaram para suprir a necessidade do país que precisa dar emprego a 4 milhões e 500 mil desempregados. Jovens, principalmente.

Desemprego Nos Estados Unidos. Na mensagem que enviou ao Congresso, o presidente Lyndon Johnson pede providências legislativas para o problema do desemprego nos Estados Unidos. Johnson citou cifras. Oitocentos mil novos empregos foram criados no mês de fevereiro, mas não bastaram para suprir a necessidade do país que precisa dar emprego a 4 milhões e 500 mil desempregados. Jovens, principalmente.

Desemprego Nos Estados Unidos. Na mensagem que enviou ao Congresso, o presidente Lyndon Johnson pede providências legislativas para o problema do desemprego nos Estados Unidos. Johnson citou cifras. Oitocentos mil novos empregos foram criados no mês de fevereiro, mas não bastaram para suprir a necessidade do país que precisa dar emprego a 4 milhões e 500 mil desempregados. Jovens, principalmente.

Desemprego Nos Estados Unidos. Na mensagem que enviou ao Congresso, o presidente Lyndon Johnson pede providências legislativas para o problema do desemprego nos Estados Unidos. Johnson citou cifras. Oitocentos mil novos empregos foram criados no mês de fevereiro, mas não bastaram para suprir a necessidade do país que precisa dar emprego a 4 milhões e 500 mil desempregados. Jovens, principalmente.

Desemprego Nos Estados Unidos. Na mensagem que enviou ao Congresso, o presidente Lyndon Johnson pede providências legislativas para o problema do desemprego nos Estados Unidos. Johnson citou cifras. Oitocentos mil novos empregos foram criados no mês de fevereiro, mas não bastaram para suprir a necessidade do país que precisa dar emprego a 4 milhões e 500 mil desempregados. Jovens, principalmente.



INDÍCULO E MONSTRUOSO

O jornal da Sibéria, o "Pravda", afirma que o chefe da delegação norte-americana, o senador Brando, apareceu ao lado de policiais e um deles segurou na mão direita a cabeça de Brando. A legenda esclarece: Brando fora preso porque, em protesto contra a discriminação existente na legislação lanque, de os índios passarem em determinado rio, foi em companhia de um selvícola enfrentando a odiada medida, fazendo uma pescaria com o peixe-vermelho. Detido pelas autoridades, só foi solto mediante o pagamento da fiança: 500 dólares. Acrescente-se que o popular ator cinematográfico tem assumido posições corajosas na luta contra a segregação. E já está pagando

O presidente Lyndon Johnson não está apenas preocupado com o Vietnã ou com a política de De Gaulle. Sua última palavra, em relatório ao Congresso, reflete uma realidade que nem "O Globo" conseguiu esquecer. O país líder do "mundo livre" ou "paradiso ocidental", não conseguiu resolver o problema do desemprego. E as medidas, cujo estudo Johnson sugere são, entre outras: índice do desemprego entre os jovens; campanha contra a pobreza; concentração nas áreas de maior desemprego; eliminação da discriminação racial. Enquanto isto, os representantes sulistas continuam obstruindo a discussão do projeto sobre os direitos civis, o que está deixando intranquilos certos círculos políticos um pouco mais arejados, que temem a eclosão de grandes manifestações de massa contra a segregação racial.

PARAÍSO DELES. Apesar dos processos atualmente em curso em Frankfurt-sobre-o-Meno (Alemanha ocidental), que o governo de Bonn foi obrigado a iniciar, diante da pressão da opinião pública mundial, o território germano-ocidental continua sendo o paraíso dos nazistas e criminosos de guerra. Agora mesmo foi nomeado comandante da "Defesa territorial" o general Friedrich Uebelhack, antigo coronel nazista que participou da invasão da Polónia, França, União Soviética e foi finalmente enviado à Noruega, onde participou ativamente da perseguição ao povo local. Um outro nazista, Wilhelm Doering, tenente da S.S. e, depois da guerra, chefe da polícia secreta em Hildesheim, próximo a Bonn; acaba de ser posto em liberdade. Havia sido condenado a quatro anos de prisão por ter participado no assassinato de 187 cidadãos soviéticos. Está livre, e ninguém se surpreenderá com a notícia de sua nomeação para um cargo elevado no governo democrata de Bonn.

NINGUÉM DA JEITO. Em menos de uma semana, as forças patrióticas do Vietnã do Sul liberaram três aldeias e dois povoados, na província de MY THO, ao sudoeste de Saigon. Em várias outras aldeias, as tropas dirigidas pelos norte-americanos sofreram pesadas derrotas. Na província de Chau Doc, os patrióticas aniquilaram, no dia 15 de fevereiro, o posto inimigo de Luong An e puseram em liberdade seis mil pessoas que para ali haviam sido levadas à força, no princípio de 1963. O poder de Saigon enfraquece-se dia a dia e a viagem de McNamara fez recrudescer a luta em várias frentes do Vietnã do Sul. Parece que as ameaças de Washington não estão surtindo os efeitos esperados. Não há dó que de jeito.

ESTÃO DE MUDANÇA. Os bons exemplos são rapidamente assimilados. Depois de numerosas manifestações ocorridas no Japão, contra a permanência de bases norte-americanas e o movimento de este país ao mundo, o presidente da Síria, general Amin El Hafez, fez, há dias, severas críticas ao presidente dos Estados Unidos e declarou-se partidário da liquidação das bases estrangeiras no solo árabe. Acrescentou que seu governo apoiar o povo libanês, que se levanta contra as bases lanques. Qualquer dia, os militares norte-americanos vão ter dificuldade de acampar em países estrangeiros. Vão ficar por aí, de mala às costas.

O ATLAS CAIU. Mais um foguete intercontinental "Atlas" caiu e explode num abriço subterrâneo. E o segundo caso no período de um mês, e ocorreu em Roswell (Novo México). Dizem as notícias que o "Atlas" não estava equipado com ogiva nuclear, o que deixará tranquilos os habitantes das proximidades. O foguete caiu e houve tremenda explosão, seguida de incêndio, que poderá preparar-se aos tanques subterrâneos que contém uma mistura de hidrogênio-oxigênio líquido.

JAPÃO DIZ «GO HOME». Em Okinawa (Japão) foi realizada uma grande manifestação de protesto contra a política nuclear norte-americana. Os manifestantes conclamaram o povo japonês a intensificar a luta pela retirada das bases lanques existentes no país, bem como a evolução de Okinawa ao Japão. Também foi exigida a retirada dos submarinos atômicos e dos bombardeiros de combate F-105-D. O movimento de protesto faz parte da "Concentração do Japão pela Paz", que está sendo realizada com a participação de centenas de milhares de patriotas nipônicos.

JAPÃO DIZ «GO HOME». Em Okinawa (Japão) foi realizada uma grande manifestação de protesto contra a política nuclear norte-americana. Os manifestantes conclamaram o povo japonês a intensificar a luta pela retirada das bases lanques existentes no país, bem como a evolução de Okinawa ao Japão. Também foi exigida a retirada dos submarinos atômicos e dos bombardeiros de combate F-105-D. O movimento de protesto faz parte da "Concentração do Japão pela Paz", que está sendo realizada com a participação de centenas de milhares de patriotas nipônicos.

Pan-Americanismo e OEA (II)

Artigos de Oliveira

A Organização dos Estados Americanos é a expressão do idealismo pan-americano...

Falar de "pan-latino-americano", nunca de pan-americano. E assim que, em 1999, data em que Bolívar seria comemorado...

Informa ainda João Lobo: "É em nenhuma das reuniões entre representantes de países latino-americanos...

O pan-americanismo começou a germinar na cubera. dos norte-americanos quando eles começaram a comportar-se com fidelidade ao seu "destino manifesto": a expansão no continente...

segundo, cultivar as relações amistosas e comerciais com todos os países americanos, de maneira a proporcionar grande aumento do comércio de exportação dos Estados Unidos.

A sexta conferência, realizada em Havana em 1928, resume o caráter e o sentido das outras conferências. Era governante de Cuba o general Machado...

segundo, cultivar as relações amistosas e comerciais com todos os países americanos...

As delegações latino-americanas insistiram fortemente em torno de um projeto elaborado pelo Comitê de Jurisconsultos, reunido no Rio de Janeiro em 1927...

A sexta conferência, realizada em Havana em 1928, resume o caráter e o sentido das outras conferências. Era governante de Cuba o general Machado...

de, a fim de pronunciar um discurso retórico, do qual consta o seguinte: "Uma atitude de boa-vontade prevalece entre as nossas nações e uma das determinações mais evidentes é a de resolver as divergências que surgiram entre nós, não pelo recurso à força mas pela aplicação dos princípios da equidade e da justiça"

As delegações latino-americanas insistiram fortemente em torno de um projeto elaborado pelo Comitê de Jurisconsultos, reunido no Rio de Janeiro em 1927...

Interposição temporária. Esse o nome dado pelo governo norte-americano a um fenômeno que — velho — sempre se chamou de intervenção...

Mono

De visita ao Jardim Zoológico, um cidadão explicou à família: — Aquela animal ali é a hiena. É um animal muito estranho, só tem como se fazer um homem...

Conservador

Era tão conservador, tão conservador, que os amigos resolveram dar uma festa no dia em que ele abandonou os abismos...

Genefluxo

Alves Pinheiro, aquele picarota que o Globo mandou em Lisboa para a promoção publicitária do medicamento, foi visitar o Papa. E quando o Papa lhe estendeu a mão, disse: "beij-a, genefluxo".

Alarás

O mesmo jornal O Globo, na manchete da página 14 da sua edição de 29-3-64, noticia, alarmado: "De Costa a Costa a Gripa Espalha nos Estados Unidos".

Alfabetos

Cavalheiro granfino, em uma roda de samba, explicou a respeito de votar aos alfabetos: — Escolher um candidato e votar nele é coisa difícil até para nós, que somos alfabetos, quanto mais para os analifabetos...

Revolução

Dois estudantes conversavam sobre a revolução brasileira e as eleições de 65. Em dado momento, um deles falou: — Suponhamos que só vinguem três candidatos: Lacerda, Ademar e Jucelino...

Schmidt

A baboseira retórica do grande negociante molido a pasta é cacetíssima. Confira aquela lei de que os corpos esféricos também têm projeção chata sobre o papel.

Filme

Exibido no Rio um filme histórico norte-americano — "O Mais Longo Dia". Segundo e qual, se Hitler não tivesse tomado um sedativo para dormir na data da invasão da Normandia, o naninho poderia ter vencido a guerra.

Aniversário

Esta coluna está completando quatro anos de aparecimento semanal em NOVOS NÚMEROS. No mesmo tempo, está atingindo a sua ducentésima apresentação...

Secundaristas de Todo o País Poderão ir à Greve Pelas Novas Leis do Ensino

Escola Mais Cara Menos Estudantes

Reportagem de Zuleika Alambert

"Conclamamos os estudantes e o povo brasileiro, principalmente do Estado da Guanabara, a se manterem alertas e mobilizados, pois a qualquer momento poderá ecodir uma greve geral".

Os Aumentos

Levando milhares de pais quase ao desespero, os industriais do ensino, num verdadeiro assalto à bolsa do povo, aumentaram consideravelmente as anuidades e taxas escolares no ano de 63 e no início de 64.

O Decreto 53 551

Diante da grita geral contra tão absurdos aumentos, o presidente da República assinou o Decreto 53 551, que determina, entre outras coisas, que os aumentos só serão concedidos após a aprovação pelo ministro da Educação das tabelas propostas pelos estabelecimentos de ensino...



Começa a Luta

Aprovado o Decreto, iniciaram-se as manobras de bas-tidores para impedir a sua publicação. O fato foi formalmente denunciado pelo Conselho da UBES, reunido no início deste ano, na cidade de Fortaleza.

Amplia-se a Luta

Publicado o Decreto e a Portaria, entraram os estudantes na segunda fase de sua movimentação. de acordo com as decisões do último Conselho da UBES: a mobilização pelo cumprimento da Lei.

Nota da UBES

Diante dos fatos, a UBES, a 2 de março, lançou uma importante nota, em que, após esclarecer que a principal reivindicação atual dos secundaristas brasileiros é alcançar o congelamento das anuidades escolares...

Perspectivas de Luta

Falando à nossa reportagem, o vice-presidente da Coordenação Estudantil da UBES, estudante Roberto Martins, expôs os planos da entidade em seu conjunto para dar prosseguimento à luta relacionada com as anuidades escolares em todo o território nacional.

das pelos colégios particulares." E continuando: "Essas comissões, de acordo com o Artigo 5 da Portaria que regulamenta a aplicação do Decreto 53 551, de 6 de fevereiro de 1964, deverão ser integradas por estudantes, pais de alunos, diretores de estabelecimentos de ensino, professores, inspetores e representantes das associações profissionais, sindicais etc."

O Caso Dos Excedentes

Anualmente milhares de jovens de ambos os sexos inscrevem-se nos vestibulares que dão acesso aos cursos superiores, sonhando alcançar um lugar nas Faculdades. Este ano, somente na Guanabara, inscreveram-se 15.000 candidatos a 5.000 vagas existentes.

O Decreto Presidencial

Tentando corrigir essa falha, o presidente da República acaba de assinar novo e importante decreto no campo da educação: o Decreto que determina a duplicação imediata de vagas nas Universidades e escolas superiores.

Sabotagem e Luta

A não-aplicação do Decreto, porém, é fato evidente. A maioria dos estabelecimentos não se dá aplicação, alegando a falta dos recursos previstos na Lei para a instalação dos turnos.

Participando da batalha pelo aproveitamento dos excedentes, à base do aumento das vagas, a UNE vem concludando os estudantes de todo o Brasil a apoiar o Decreto presidencial, denunciando as escolas que hesitam em sua aplicação e lutando para que sejam concedidas as verbas necessárias ao seu cumprimento.

Taras Schevchenko

Taras Schevchenko nasceu em 12 de março de 1814, numa pequena aldeia da Ucrânia, na região de Kiev, de uma família de camponeses escravos. Muito cedo perdeu seus pais e, aos quatorze anos, tornou-se servo da fazenda de um senhor feudal. Aos dezesseis anos acompanhou seu amo a Petersburgo. Nesse momento foi descoberto seu talento como pintor e como poeta. Não será necessário lembrar que naquele momento a Rússia possuía toda uma pleiade de grandes escritores, mas Schevchenko conseguiu atrair para sua pessoa os aplausos de todos. Tentaram comprá-lo do fazendeiro que não o queria vender. Reuniram-se, então, escritores e pintores e, com o dinheiro obtido, compraram a liberdade de Schevchenko, que logo entrou para a Academia de Artes. A fim de estudar pintura, seu primeiro livro de poemas apareceu em 1840, intitulado "Kopar", e é um hino de amor ao povo e à terra, um verdadeiro cântico ao camponês em sua luta contra a escravidão; esse livro marcou uma nova era na literatura ucraniana. Dois de seus poemas tornaram-se desde logo populares: "Katerine" — poema lírico — e "Quidamaki", poema narrativo de uma revolta camponesa ocorrida em 1768 contra nobres poloneses. Em 1843 Schevchenko escreveu uma peça teatral, "Nazar Soudolki". Terminando seus estudos recebeu ele o diploma de pintor e voltou para a Ucrânia onde escreveu uma série de poemas que eram apelos à liquidação do absolutismo. Como pintor, foi Schevchenko o criador do realismo crítico da arte ucraniana. Em Kiev, fez-se membro de uma sociedade secreta revolucionária, tomando posição política, e, que fazia com seu trabalho intelectual uma verdadeira campanha pela liberdade de seu povo. Nessa sociedade, Schevchenko foi um dos raros a ser realmente uma posição revolucionária. Já que a maioria de seus membros era apenas liberal. Em 1846, a polícia tsarista descobriu a sociedade e Schevchenko foi preso e condenado a servir como soldado raso numa tropa jogada em região inteiramente inóspita da Ásia. Foi-lhe proibido escrever e

Pio Hansi Foi Derribado Porque Denunciou Roubo Dos Usineiros

Não foi à-toa que os usineiros pernambucanos tramaram a derribada do sr. Gilvan Pio Hansi da Delegacia do IAPI em Pernambuco. Só que as razões não foram as que se apresentaram nem as que os editoriais do "Jornal do Comércio" defenderam com tanto ardor. O real motivo foi este: o sr. Pio Hansi estava disposto a cobrar a dívida dos usineiros para com o IAPI, calculada em mais de dois bilhões de cruzeiros.

Tropeço
O levantamento das dívidas, mandado efetuar pelo ex-delegado do IAPI, mostrou que apenas 18 das quotas e sete usinas existentes no Estado deviam à Previdência social uma importância superior a 731 milhões de cruzeiros, correspondentes às suas quotas e ao que descontam em folha de pagamento dos seus empregados.

As providências iniciais para a cobrança das dívidas demonstraram que o sr. Pio Hansi estava firmemente determinado a não se acovardar com o roubo dos recursos devidos à assistência dos trabalhadores, em boa parte provenientes dos próprios assalariados. Diante disso, os usineiros tramaram sua demissão, acusando-o de estar criando um clima de "agitação" no IAPI, e para derrubá-lo se valeram dos senadores Barros Carvalho e Francisco Peaspa de Queiroz, do ministro Oswaldo Lima Filho e de bancada de deputados federais do PTB (exceto os deputados Artur Lima Cavalcanti, Milvernos Cruz Lima e Aurino Valois).

O interesse que os usineiros punham nessa demissão pôde-se medir pela campanha movida contra os trabalhadores e o governador Miguel Arraes ao resistirem à conspiração.

O Débito

A política do ex-delegado do IAPI, que tanto contrariou os usineiros e seus patrões, compreendia dois pontos principais. O primeiro, era a inclusão dos assalariados agrícolas nos quotas de associados do IAPI, como já acontece em São Paulo, Estado do Rio e Bahia. O segundo, porém, era o mais inaceitável para os usineiros: o levantamento e posterior execução do débito das usinas para com o Instituto.

O levantamento já havia apurado o débito de deztois empresas, e estimava-se que a dívida dos proprietários do parque açucareiro pernambucano ao IAPI elevava-se a mais de dois bilhões de cruzeiros. As deztois empresas, com seus respectivos débitos, são: Usina Central Barreira (Cr\$ 34.531.232,30); Cia.

- Agucareira Santo André (Cr\$ 24.340.080,40); Usina União Indústria S.A. (Cr\$ 74.884.329,80); Usina Chuanga S.A. (Cr\$ 11.702.583,20); Usina São José S.A. (Cr\$ 53.321.828,00); Companhia Usina Titima (Cr\$ 57.721.087,80); Companhia Açucareira de Goiana (Cr\$ 1.226.000,00); Usina Central Olho D'Água (Cr\$ 636.134,00); Usina Casanga Sociedade Anônima (Cr\$ 34.607.000,00); Usina Trave de Malo (Cr\$ 3.530.000,00); Usina Cachoira Lisa (Cr\$ 13.733.378,40); Usina Bom Jesus S.A. (Cr\$ 903.000,00); Usina Santo Inácio (Cr\$ 13.500.000,00); Usina Cucau (Cr\$ 678.500,00); Usina Catende S.A. (Cr\$ 267.807.000,00); Usina Pumaty S.A. (Cr\$ 123.400.000,00); Mendes Lima S.A. (Cr\$ 13.400.000,00); Usina Pedroza (Cr\$ 478.000,00).
- Total das deztois usinas: Cr\$ 731.978.337,60.

A LIGHT E O GOVERNADOR

O sr. Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara, acaba de encampar os serviços de bondes da Zona Norte da cidade e do morro de Santa Teresinha, e promete (ou ameaça?) extinguir os muito em breve, como já fez na Zona Sul. Em troca da concordância em rescindir os contratos de concessão, deverá a Light pagar, em 15 parcelas, a importância de seis bilhões de cruzeiros (seis milhões de contos), além de entregar alguns imóveis, o material rodante, etc. Há, em tudo isto, alguns aspectos que merecem exame.

Ao rescindir antecipadamente os contratos de concessão, é natural que o poder concedente, no caso o governo estadual, em lugar de pagar o valor estimado do lucro da empresa concessionária até o término da concessão, receba o valor estimado do lucro negativo (prejuízo) que a Light afirma vir tendo, prejuízo esse do qual estará liberada com antecedência.

Quanto à entrega dos imóveis, também nada há de extraordinário pois que é coisa prevista ao serem outorgadas as concessões; resta saber se foram entregues todos os imóveis que o deviam ser, como talvez seja o caso dos prédios ou terrenos seguintes, que provavelmente, pertencem ou pertenciam à Light. (No caso de haverem sido alienados pela Light, teria sido feita essa alienação, ou seriam tais imóveis "reversíveis", e, portanto, inalienáveis):

- 1) quarteirão onde havia o Hotel Avenida, e onde hoje está o Edifício Avenida Central;
- 2) rua Siqueira Campos, onde está o "Shopping Center";
- 3) rua Dois de Dezembro e Beco do Pinheiro;
- 4) rua do Bispo, onde havia o Hotel dos Condutores;
- 5) terreno da rua Gustavo Sampaio, de ambos os lados;
- 6) rua Marquês de S. Vicente, onde havia a estação dos bondes da linha "Gávea";
- 7) Hotel das Painceiras;
- 8) onde havia três garagens dos ônibus que teve a Light; a) rua Desembargador Idriod; b) praia de Botafogo, onde está o Edifício Corevado; c) rua Francisco Otaviano, esquina de rua Raul Pompéia.

A respeito do material rodante e da via permanente, cabem as seguintes observações: Ao ser celebrado o contrato de concessão, a Light tinha em mira o lucro da exploração do serviço, e a poder concedente contava receber, findo o prazo do contrato, o patrimônio da empresa. Mas esse patrimônio, pela ordem natural das coisas, só deveria crescer cada vez mais, porém, crescer materialmente, e não apenas do ponto de vista financeiro, mediante operações artificiais de reavaliação. Crescer por quê? Em função do simples desenvolvimento geográfico e demográfico da área coberta pelo serviço; naturalmente, normalmente, o serviço fuisse estendendo a uma área cada vez maior, e ao mesmo tempo, a população, ainda que de uma área, aumentava. Não seria lógico, pois, admitir qualquer decréscimo na extensão das linhas e, muito menos, na quantidade de material rodante. Muito ao contrário, esse último, principalmente, deveria ser cada vez em maior quantidade, numa cidade cuja população tem crescido com grande rapidez, e onde há, infelizmente, em duas fases, uma batalha diária, a batalha da condução.

Entretanto, que recebeu ou está recebendo o governo da Guanabara? Apenas uma fração pequena do material rodante que a Light tinha a ter, por volta de 1940, fração ainda menor do que deveria ter, hoje em dia, se observasse, ou fosse obrigada a observar o espírito do contrato, isto é, o crescimento desenvolvimento dos serviços, e, portanto, do material para executá-los. Além desses poucos veículos que ainda se arrastam, existem mais alguns, porém, reduzidos a lixo, e que têm estado em exposição na Avenida Presidente Vargas, entre o "Ponte dos Marinheiros" e a Praça da Bandeira. Outros muitos já apodreceram nas oficinas da Light, em Triagem, onde, há vários anos, vêm sendo desmontados e reduzidos a sucata.

Quando à via permanente, o seu estado é simplesmente escandaloso; as linhas, em quase toda parte, estão literalmente podres. Assim, quando fomos no "Jornal do Brasil" de 8/12/63, que o sr. Carlos Lacerda, em entrevista à imprensa, "em dia de visível bom humor", declarou que o acordo (rescisão) traria vantagens ao Estado e ao "Grupo Light", fomos forçados a concordar plenamente, desde que, como Estado, entendemos só o respectivo governo.

Efetivamente, lucra a Light, pois que cessa o prejuízo que vem tendo, em berrante desmentido aos camelos que vivem a aprovar a sociedade da "iniciativa privada", alegando que é o Estado o mau administrador. Lucra também o Estado, pois que, às vésperas da campanha eleitoral do seu chefe, sr. Carlos Lacerda, que aspira à presidência da República, seis bilhões de cruzeiros podem ser muito úteis para quem apresentou, recentemente, ao Tribunal de Contas, um balanço que este se negou a aprovar. Assim, somos levados a recordar que, quando, há alguns meses, o jornalista Hélio Fernandes, empregado da "Tribuna da Imprensa", jornal do sr. Carlos Lacerda, pediu para divulgar documentos confidenciais do Ministério da Guerra, foi defendido por dois advogados, um dos quais, pelo menos, o sr. Prudente de Moraes Neto, era e é empregado da Light.

O serviço de bondes na Guanabara, sempre foi mau. O método de cobrança, de arrecadação, seria sempre, não fosse trágicas as condições desumanas de que, pendurados sobre a morte, viajam os passageiros que não conseguem assento, e trabalha o condutor. Nunca, porém, tinha esse serviço chegado à desorganização e relaxamento, à condição infame a que chegou, justamente, sob o "Governo Carlos Lacerda", que pretende ser o reformador do Estado da GB. Há linhas servidas por um carro só, os horários e "tabelas", há muito, são simples teorias, os veículos mudam de itinerário inesperadamente, sem aviso aos passageiros, e voltam do meio do trajeto, obrigando aqueles a pagar duas passagens para o completar.

Em lugar de, há três anos, haver exigido o sr. Carlos Lacerda que a Light pusesse em condições decentes o serviço de bondes, vai ser o covarde de um serviço ferroviário urbano, que existe. Quem vai lucrar? O Estado e a Light. Quem vai perder? O povo da Guanabara, que será privado de um serviço que era péssimo, mas que poderia ter sido reorganizado, tornando-se decente e útilíssimo. Isto quando é sabido que, havendo o que transportar, havendo densidade de tráfego, a ferrovia é o transporte terrestre de operação mais econômica, especialmente quando elétrica, pois que, então, ao menor desgaste do material rodante, consegue-se a maior eficiência do motor elétrico. A ferrovia só está "superada" na opinião dos interessados em explorar o transporte rodoviário, ou a indústria ou comércio de material rodoviário, como veículos e peças, combustíveis líquidos, lubrificantes, pneus, etc.

Mas o dinâmico governador preferiu, por omissão, sancionar o crime da Light, que, gradativamente, como já fizera com o seu serviço de ônibus, deixou apodrecer e destruiu o serviço de bondes, que deveria, findo o prazo da concessão, entregar em condições razoáveis e decentes, e devidamente ampliado, por força do crescimento da cidade e da sua população.

(Do leitor Francisco de Assis).

OS QUE IMPEDEM AS REFORMAS

O sr. José Jerônimo, de Austin (E. do Rio), aponta, entre os obstáculos que vem enfrentando o movimento pelas reformas de base, principalmente a agrária, a maioria dos deputados e senadores do PSD e da UDN, que recebem nas urnas os votos sagrados do povo para agora burlá-lo em suas justas aspirações, protegendo os latifundiários e os interesses nocivos à Nação. Impugnamos até mesma uma medida limitada — em relação à profundidade que devem tomar as transformações, no campo brasileiro — como é o decreto da SUPRA, de desapropriação de terras à margem das estradas e açudes federais.

CORRESPONDÊNCIA

— RIO BONITO (RJ) — Cinco comandos nacionalistas e o Sindicato de Trabalhadores no Comércio de Rio Bonito enviaram telegrama de saudação ao Sindicato dos Ferrovios de Leopoldina por ter sido aquele município incluído no sistema de trens suburbanos. Em outro telegrama, endereçado ao governador Miguel Arraes, os mesmos hipotecam irrestrita solidariedade ao governo popular de Pernambuco.

— CONVITE — O Sindicato dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Valença e Rio das Flores convida para a inauguração de sua 1.ª Delegacia, em Rancho Novo — Bom Jardim, no dia 15 de março, às 10 horas.

— EXPOSIÇÃO — O Diretório Acadêmico do Instituto Eletrotécnico de Itajubá (MG) organizará de 16 a 31 de março a III Exposição de Livros Técnicos, cujo objetivo é divulgar entre os estudantes de Itajubá as melhores obras técnicas à venda no País.

— "ABC POPULAR" — Recebemos o n.º 17 do jornal corrente "ABC Popular", de distribuição gratuita, dirigido pelos estudantes William Sá e Barros Pinho.

— DULCE RODRIGUES PEREIRA (GB) — Por falta de espaço, deixamos de publicar sua contribuição: "Homenagens aos Heróicos Panamenhos".

O Gôsto do Imperialismo

Uma funcionária brasileira da USIB ("United States Information Service"), órgão informativo da embaixada dos Estados Unidos no Brasil, foi despedida, em Salvador, do seu emprego depois de dois anos de trabalho, sem nenhuma indenização além da correspondente a 15 dias de seu salário. Diante disso, a jovem Yolanda Torres Brandão recorreu à Justiça, que lhe deu ganho de causa, por decisão do juiz Ildio Gurgel.

Quando Yolanda recorreu à Justiça, a USIB alegou incompetência da instância brasileira para apreciar o caso, sustentando, por seu advogado, que o problema era da competência das leis norte-americanas, dado que a USIB é uma organização norte-americana. Para o sr. Juiz deses-ter seria "um atentado à soberania norte-americana" a Justiça brasileira arrogar-se competência para apreciar o caso.

A decisão judicial do sr. Ildio Gurgel deu ganho de causa a Yolanda, seja ou readmitida no emprego ou não, sob as formas prescritas pela lei brasileira. (Na foto: Yolanda Torres Brandão, que a embaixada norte-americana emprega há 11 anos seguidos, para depois demiti-la sem indenização).

Dia Internacional da Mulher Comemorado em Meriti Pela Liga Feminina da Guanabara

A Liga Feminina do Estado da Guanabara comemorou, dia 8 passado, as 17 horas, na sede do PTB, em São João de Meriti, o "Dia Internacional da Mulher". Como o recinto completamente lotado, a professora Vanda Santos de Oliveira iniciou a comemoração falando das vitórias já alcançadas pela mulher no mundo, das lutas árduas da mulher brasileira, hoje transformada, disse, em heroína pela conquista do valor do cruzeiro — e da contribuição feminista à causa da pátria.

Composição a mesa, estavam: dona Daná Yobert Natário, representando a mulher de São João de Meriti; professora Maria do Carmo Mércil; Madá Reis; professora Lucília Alves de Carvalho; Aderval Custódio Melo, suplente de vereador; Pedro Estelvinho da Silva, representante do movimento sindical; e Albertina de Souza, representante do Movimento de Mulheres da Guanabara.

Ordem

Após a professora Vanda Santos de Oliveira — que fez também um relato das atividades da Liga Feminina da Guanabara — usaram da palavra os sr. Jacom dos

Santos, que esboçou as mulheres de Meriti e se uniram a homem na luta pelas reformas de base; a professora Lucília, que falou sobre a mulher de Meriti; o sr. Pedro Estelvinho, que falou dos serviços da mulher à humanidade; o sr. Aderval de Melo, lembrando que ao lutar pela defesa do petróleo brasileiro a patriota Zélia Magalhães foi assassinada pela polícia. Discursaram também: dona Maria do Carmo, Dário Geraldi, Alberto da Costa e José Gomes, os quais chamaram a atenção para o papel que a mulher camponesa começa a desempenhar na luta da reforma agrária.

Liga em Meriti

Finalmente, resolveram as mulheres de Meriti organizar uma liga em São João de Meriti, como meio de luta pela solução dos problemas que atingem as mães brasileiras. Acertaram dirigir à Câmara dos Deputados um manifesto pedindo a instituição do Dia Internacional da Mulher, no Brasil, a 8 de março, a exemplo do Dia do Trabalho, a 1.º de maio.

A sessão foi encerrada com um discurso de saudação proferido por dona Daná sobre os deveres da mulher na sociedade moderna, seguido do hino nacional brasileiro.

Paraná Repudia Lacerda

Curitiba (Da sucursal) O sábado último, dia 7, foi considerado de luto oficial pelas lideranças sindicais de Curitiba, em repúdio à vinda de Lacerda à esta capital para parlaninar a turma de Jornalistas da Faculdade Católica de Filosofia. As demonstrações de protesto partiram, na verdade, dos diversos setores e categorias profissionais, alertando desde o dia 5 por um manifesto da Frente Única de Mobilização Popular que traduzia "o enlutamento popular pela presença de tão triste figura, que aqui vem a fim de parlaninar uma turma de formandos de Jornalismo, depois de receber o repúdio dos estudantes de seu próprio Estado".

Golpista e Traidor

Uma centena de jornalistas profissionais de Curitiba classificou Lacerda de traidor da classe sem abalo-ninguém aplaudido pelos jornalista Milton Bastler de Souza, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, e Milton Cavalcanti, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.

Ney, Vice de Lacerda

Lacerda foi recebido oficialmente pelo governador Ney Braga, com quem manteve prolongadas entendimentos com vistas à unidade de ação UDN-PTB, em plano estadual e nacional, tendo o governador paranaense a definir-se como vice de CL. A visita teve, também abertura de tentativa do alto clero, tendo a frente o arcebispo Metropolitano D. Manoel de Silveira D'Elbow.

Mas nem o acolhimento governamental e clerical, nem o envolvimento de imprensa local e a ação de seus órgãos e da política puderam impedir as demonstrações populares de repúdio ao visitante: "FORÇA O MATA-MENDIÇOS", lia-se nos muros. Mais importância tiveram, porém, os manifestos lançados pelos sindicatos, entre eles o dos Jornalistas, pela Frente Única de Mobilização Popular, pelos estudantes e outros setores.

União

O Comando Geral dos Trabalhadores — seção regional — classificou o governador da GB de "inimigo n.º 1 da classe operária" e lamentou sua presença nesta capital.

O Fórum Sindical de Debates do Litoral, sediado em Paranaguá, afirmou em nota pública que a visita de Lacerda "envergonha a tradição paranaense". O líder sindical Vitor Horácio de Souza Costa disse que os trabalhadores de Paraná sua solidarizavam-se com seus companheiros de Curitiba.

Falando em nome de vinte mil operários daquela cidade, condenou os "ladinos" que afrontavam o povo do Paraná trazendo o maior inimigo dos trabalhadores, e solidarizou-se com a Nota Pública dos jornalista profissionais curitibanos.

Golpista e Traidor

Uma centena de jornalistas profissionais de Curitiba classificou Lacerda de traidor da classe sem abalo-ninguém aplaudido pelos jornalista Milton Bastler de Souza, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, e Milton Cavalcanti, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.

O documento afirmava ser um dever indelével dos profissionais de imprensa "manifestar seu repúdio à presença do sr. Carlos Lacerda em Curitiba". Adiante, disse que Lacerda "não pode ensinar de jornalismo aos parlaninadores", porque "foi sempre um político religioso e substituído a interesses anacionais. Seu jornal na Guanabara, colocou-se a serviço do golpismo em 1964, 1965 e 1961 — em episódios que envergonham de luto e vergonha toda a Nação brasileira".

Os jornalista curitibanos denunciaram que o governador da Guanabara praticou o "jornalismo amarelo" e que sempre mentiu a seus leitores. "Entregou seu jornal a organizações e a ADEF. Traiu os padrões éticos e profissionais da classe jornalística a grupos econômicos e esquemas de pressão elaborados fora do País".

Manifesto do FUMP

Dois dias antes da chegada de Lacerda, a Frente Única de Mobilização Popular divulgou o seguinte documento: "Ao Povo de Curitiba".

"Tendo em vista a vinda a esta Capital, no próximo sábado, do sr. Carlos Lacerda, governador da Guanabara, a FRENTE ÚNICA MOBILIZAÇÃO POPULAR, em organização neste Estado, dirige-se ao povo num sentido de alerta e de afirmação de posições. Quer traduzir o enlutamento po-

pular pela presença de tão triste figura, que aqui vem a fim de parlaninar uma turma de formandos de Jornalismo, depois de receber o repúdio dos estudantes de seu próprio Estado.

Aqui vem uma semana após ter recebido apupos em Salvador, numa demonstração de como o considera o povo baiano.

Certamente, aqui vem falar em democracia, procurando apagar da cabeça de todos as agradações e violências que são cometidas por sua polícia; por certo vem denunciar um suposto golpe, de que é a maior vocação golpista, por várias vezes provada, neste País; deverá vir falar em defesa da liberdade, esquecido de que as prisões de seu Estado fabricam tuberculoses e loucos; poderá falar em cristianismo, não lembrando que é o primeiro a envergonhar a consciência cristã e a ofender os bispos e padres brasileiros; vem com certeza dirigir frases bonitas à família, ao filho que depois de estudar o próprio pai; vem, por certo, falar em educação e saúde, de que entrega o ensino da Guanabara aos comerciantes do saber; encaminha doentes e mendigos à morte nos hospitais.

Por certo, virá falar em soberania nacional, de que vai nos impressionar a americana ganância e humilhar a Brasileira.

O assasino de um Presidente é tristemente famoso e não pode mais enganar honrada. Ralvoez, ele tem se destacado por mandar bater em trabalhadores, por procurar impedir que se realizem as reformas de base necessárias ao desenvolvimento do País. Distante do povo que o repudia de ataca os pobres e defende os privilegiados.

Se aqui virá, mas não deve esquecer a concepção de um povo digno e trabalhador.

Todavia, muito embora o sr. Carlos Lacerda faça jus a toda repulsa e a cidade se enlute com sua presença, não iremos agir como ele e seus aliados agem. Nós resistiremos às liberdades individuais e não faremos como os irracionais amigos do governador da Guanabara fizeram em Belo Horizonte, agredindo com armas o povo que assistia a um comício da Frente de Mobilização Popular.

O QUE REPRESENTOU A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE SÃO PAULO?

Você encontrará resposta no grande romance de Afonso Schmidt

A LOCOMOTIVA

Adquirir e pelo REEMBOLSO POSTAL na

LIVRARIA DAS BANDEIRAS

Rua Riachuelo, 342 — loja 2 — SÃO PAULO - (Capital) —

Preço: Cr\$ 620,00



Festa do 42º Aniversário do Partido Comunista

O 42.º aniversário do Partido Comunista Brasileiro será comemorado no próximo dia 23 (domingo) com uma GRANDE FESTA CAMPESTRE na estação de Parada Angélica (E. do Rio). Em local apropriado de frondosos bosques, a festa proporcionará entretenimentos diversos: banhos de cachoeira, jogos e brincadeiras, concursos de rinha, orquestra de danças e "show" com a participação de grandes cantores de rádio e de televisão. Os participantes encontrarão bar e preços razoáveis e alimentação variada.

Mãe e Volta

A partir das 7 horas, ônibus especiais estarão à espera dos interessados; saída de 10 em 10 minutos da PRAÇA DO PACIFICADOR

(Caxias), ao lado do Banco do Brasil.
A volta terá início às 16 hs., com ônibus também de 10 em 10 minutos vindo até Caxias.

Os que têm condução própria, devem seguir as seguintes instruções para chegar ao local: na altura do Km. 18 da Rio-Petrópolis, dobrar à direita junto ao Posto Shell, ir até a Taguara (Fábrica Nova América) e seguir em frente até o lugar da festa.

Convites

Os convites podem ser encontrados desde já na Redação e na Gerência de NOVOS RUMOS, nos seguintes endereços: Av. Rio Branco, 257, sala 1712 (Redação) e rua Leandro Martins, 74, 1.º andar (Gerência).

Arraes em São Paulo Denuncia Provação e Fala Para 10.000 Trabalhadores do ABC

Reverte-se de plano em visita ao governador Miguel Arraes, às 14 horas, em São Paulo, cumprindo o programa organizado pelo chefe do Executivo pernambucano em caráter de urgência, na noite de sexta-feira à noite, a convite do TUPPI para participar do "Pringo-Fogo".

Como exemplo do que ocorreu em Belo Horizonte quando da instalação da Frente de Mobilização Popular, as reações tentaram criar dificuldades ao líder nacionalista. Demonstrando que estão organizados em âmbito nacional para atender contra o espírito democrático de nosso povo e a livre manifestação de pensamento, e conspiraram em São Paulo os mesmos elementos que projetaram a capital mineira no cenário internacional sob a tripla denominação de "Dallas, Brasília, Rio".

A denúncia tem agravada sua importância, em função do grande número de informações que se conhece.

Conspiração

No dia anterior à chegada do governador Miguel Arraes — quinta-feira — exatamente às 16 horas, reuniram-se vários ibadianos na Igreja São Dima. Entre eles, os principais responsáveis pelas agitações incoerentes que se verificaram à porta da Televisão.eram a deputada ibadiana Conceição da Costa Neves, o deputado integrista de Minas Gerais, Abel Tenório, e o padre João Botelho, que foi detido em Belo Horizonte portando uma metralhadora sob a batina.

Tais foram os objetivos da provocação: impedir por todos os meios a entrada do governador Miguel Arraes no Canal 4; agredir com ovos e tomates e cortar a batina do padre Alipio, caso este comparcesse à emissora.

As 18 horas da sexta-feira, a senhora Conceição da Costa Neves compareceu a um programa da TV Tupi, proclamando organizações reacionárias a protestarem contra a presença ali, à noite, do governador Arraes. Isto contribuiu para alertar também os nacionalistas e os patriotas, que compreenderam a necessidade de ali comparecer para aplaudir e defender a integridade física do líder nordestino. Assim, por volta de 22 horas começaram a chegar às portas da TV Tupi centenas de pessoas, entre as quais os grupos de provocadores gr-fincos, acompanhados de mulheres levando tempo e dando gritos histéricos. Aparelhamento de televisão e rádio foi também instalado na rua, transmitindo pouco depois os acontecimentos em detalhe.

O nervosismo foi num crescendo à medida que se aproximava a hora da chegada do governador Arraes, até que estourou em arruaças dos baderneiros, repellidos por mulheres, estudantes e trabalhadores. As fotos que publicamos dão bem idéia da disposição popular de reprimir os agitadores fascistas. E foi realmente graças a isso que o governador Arraes pôde penetrar no prédio da TV Tupi, sem ser molestado. Quanto à polícia do sr. Adamar de Barros, limitou-

se a proteger os baderneiros, tentando ainda mais tarde armar uma provocação, ao prender alguns trabalhadores que defendiam precisamente a ordem.

Pringo-Fogo

O início do programa foi assinalado por acentuado nervosismo dos entrevistadores, o que deu lugar a uma blague do governador Miguel Arraes, que assinalou não haver razão para tal, uma vez que o entrevistado era ele e se encontrava perfeitamente calmo.

As primeiras perguntas feitas tiveram, entretanto, um caráter acentuadamente provocador, que foi denunciado pelo próprio entrevistado. Inicialmente, foi-lhe indagado que medidas o governo de Pernambuco havia tomado para reprimir o fato de camponeses terem hasteado uma bandeira russa no Engenho Serra, do sr. Alarico Bezerra. O jornalista fez questão de afirmar que tinha dito a "prova", em filme. O governador teve oportunidade de explicar longamente a luta dos 800 trabalhadores ali residentes desumanamente despejados pelo seu proprietário. E frisou que não se podia confundir bandeira russa com um pano vermelho, ali hasteado pelos trabalhadores, ao lado da bandeira brasileira, em sinal de protesto.

A Crise de Pernambuco

A pergunta seguinte visava por evidência a responsabilidade do governo federal na recente crise de Pernambuco, uma vez que fora determinada, em grande medida, pela tentativa de substituição do delegado do IAPI. O governador Arraes fez questão de assinalar que não podia fazer suposições gratuitas nem mal juízo de ninguém.

A pergunta seguinte foi sobre o apelo do governador Arraes aos industriais paulistas para que instalassem indústrias em Pernambuco, fato que consagrando a livre iniciativa e o capitalismo, fato que colidisse com o estatismo do governador. O sr. Arraes frisou que é do interesse nacional que a capacidade e experiência dos empresários paulistas sejam levadas a todos os Estados e que isso deveria acontecer mesmo se acaso viesse a ser instalado um regime socialista. Isso não liquidaria, mas aumentaria a capacidade do povo de São Paulo. Quanto ao estatismo, afirmou que sem a iniciativa governamental o Nordeste não contaria com Paulo Afonso nem o Brasil com a Petrobrás.

Comunista?

Um dos entrevistadores indagou se o governador Arraes se considera comunista. Depois de frisar que essa pergunta já é por demais velha, a ponto de parecer anedota de papagaio, o entrevistado disse que, maior de idade e pai de nove filhos, não tem motivo para esconder seu pensamento, e que é democrata e nacionalista.

Instado pela equipe da TV Tupi, o sr. Arraes esclareceu depois que metralhadoras e outras armas haviam sido apreendidas na Usina Caxangá, do sr. Júlio Maranhão, as quais

foram entregues ao Embaixador, instaurando-se inquirição sobre o fato. Entretanto, a reação dava destaque apenas à apreensão de algumas facas e foices tomadas por camponeses, dentro de um quartel onde estavam hospedados.

Favelas

Referindo-se ao problema das favelas e ao fato de se estarem tomando algumas medidas na Guanabara a este respeito, afirmou que a primeira remoção de favelas que se fez no Brasil data de 1938 e teve lugar "no meu Estado, quando Agamenon Magalhães era interventor de Pernambuco. Essa remoção não resolveu coisa nenhuma. Naquele tempo havia 40.000 mocambos em Recife, quando assumi o governo, encontrei 120 mil. Na Guanabara, o que se faz é publicidade. O problema das favelas deve ser solucionado em suas causas, e não em seus efeitos. É a causa real o desajustamento social. A miséria, momento a momento, leva ao êxodo rural. Descendo ao sul e não conseguindo obter padrão digno de vida, as famílias vão viver em favelas. Dessa forma, umas favelas são substituídas por outras, e assim sucessivamente".

Ermirio de Moraes

Uma pergunta sobre o governador Mauro Borges teve o sentido de uma crítica para outra a respeito do senador José Ermirio de Moraes. O senhor Miguel Arraes fez o elogio do chefe do governo de Goiás e depois fez questão de frisar que após o senhor Ermirio de Moraes na medida em que instala indústrias no Nordeste e em que implanta em São Paulo a indústria do alumínio, contrariando os interesses dos trustes internacionais. "Creio, entretanto, que ele deveria iniciar a exploração do níquel em Goiás e permitir que o Estado o fizesse. Sou um homem independente e não formo opiniões por conveniência".

Apoio dos Comunistas

Outra tentativa de lançar uma cunha entre as forças democráticas e nacionalistas foi feita com a pergunta sobre o que tinha o sr. Miguel Arraes a dizer a respeito da afirmação feita anteriormente por Luis Carlos Prestes, segundo a qual o governador de Pernambuco era um bom aliado dos comunistas. O sr. Arraes fez questão de frisar que eram exatas as palavras de Prestes e que contava realmente com apoio dos comunistas. E frisou: por que estranhar isso, se os comunistas têm apoiado tantos atos do sr. João Goulart e se em outras oportunidades apoiaram também o sr. Ademar de Barros?

Aliança Para o Progresso

Essas e outras algumas das respostas dadas pelo governador Arraes a perguntas da equipe da TV Tupi:

Pergunta: Sua policia costuma prender camponeses?

Resposta: Não, isso é um hábito do sul. Em meu Estado há grande autoridade sem emprégo de violência. Basta a presença do governador nos lugares onde se faz necessário, para que do diálogo com os trabalhadores surja a compreensão e harmonia dos problemas. Meu governo preocupa-se muito em atender as reivindicações dos camponeses sempre que estiverem na Lei. Defendemos integralmente o salário mínimo, o salário família,

o direito de sindicalização e de livre reunião. Desde que tomei posse, vem aumentando o poder aquisitivo dos camponeses, que inclusive compram da indústria paulista, bicicletas e máquinas de costura. Somente no período deste ano, foram financiados com ajuda do governo federal cerca de 50 a 100 mil pequenos agricultores.

Pergunta: A Aliança para o Progresso tem ajuda de o Nordeste?

Resposta: Não. O que tem feito é muita propaganda no sul. Eu mesmo, denunciei vários acordos com a Aliança, inclusive o de Educação, onde técnicos queriam influir diretamente na Secretaria de Educação de Pernambuco, em função dos interesses dos Estados Unidos. Outro acordo que denunciei foi o de Colonização. Este era um verdadeiro Cavalo de Tróia para meu Estado. Segundo o acordo, Pernambuco entraria com 1 bilhão e quatrocentos milhões de cruzeiros contra apenas trezentos milhões da Aliança, cuja verba se beneficiaria 500 famílias. Se todos os governados se sentissem apoiados pelo povo e descomprometidos com os interesses do imperialismo, deveriam agir da mesma forma. Devemos colocar um pé atrás com os governos que recebem verbas da Aliança para essa organização de prestígio auxílio mediante interferência na direção do Estado que os recebe.

Pergunta: A democracia no Brasil está superada?

Resposta: Devemos lutar para superá-la. O que está superada é a sua estrutura arcaica que não mais corresponde às novas conquistas sociais da humanidade. Os principais meios para se chegar ao fortalecimento da democracia são: Monopólio de câmbio pelo Banco do Brasil, monopólio das exportações de café pelo IBC; suspensão temporária do pagamento da amortização das empréstimos estrangeiros e rescalonamento das dívidas externas do País. Caso necessário, decretação unilateral de uma moratória; Concentração em um só fundo, pelo governo federal, de todos os recursos financeiros conhecidos nos estabelecimentos agropecuários, destinando-se pelo menos 75% desses recursos aos estabelecimentos de área inferior a 100 hectares, que dediquem à produção de gêneros alimentícios para a subsistência da população; política salarial que tenha por fim a elevação do nível de vida dos trabalhadores, mediante o reajustamento periódico dos salários e vencimentos; imediata aplicação da legislação vigente a respeito de remessas financeiras para o exterior (lucros, "royalties", etc); garantia das liberdades públicas e medidas energéticas contra as forças que tentam interromper o processo democrático ou armar-se para resistir às reformas de base; desenvolvimento da política externa independente, com a defesa da paz mundial; reforma democrática da Lei Eleitoral, com revogação do Artigo 58; Revogação dos preceitos da Lei de Segurança, em especial seus artigos 9, 10, 11; revogação do Decreto-Lei 3.070 com a aprovação, se necessário, do projeto que regulamentaria o direito de greve (Aurélio Viana); registro eleitoral de todos os partidos políticos, inclusive do PCB; anistia para os soldados e demais presos condenados políticos; prorrogação por cinco anos da lei do inquilinato, etc.

O Grande Cômico

No sábado, logo após ser homenageado pela Câmara Municipal de Santo André, o governador Miguel Arraes

falei para a maior concentração popular já verificada em qualquer cidade do ABC paulista. Cerca de 10.000 trabalhadores, estudantes e pais de família compareceram ao comício em favor das reformas de base. De todos os quadrantes de São Paulo seguiram operários interessados em ouvir a pregação democrática do líder nacionalista. Preocupados os polícticos estavam autoridades municipais, estaduais e federais. Caloroso saudaram o governador e líder sindical Luis Tenório de Lima, que falou em nome do COT e da CNTI, e do estudante José Serra, presidente da União Nacional dos Estudantes. A nota predominante em todo o discurso do governador pernambucano referiu-se à necessidade de organização do povo, nos sindicatos, associações, e em cada local de trabalho.

— Aqui estou — declarou — vindo de uma crise que teve lugar no meu Estado, provocada por uma minoria nacionalista que procura se opor ao povo e aos trabalhadores. É a eterna minoria que força através da exploração do povo. Essas reações nos combatem porque somos contra o imperialismo e a exploração de um país por outro país mais forte. Todavia, nós contamos com o apoio de todos os sindicatos e organizações de trabalhadores. Diante do povo pernambucano organizado, os direitistas tiveram que recuar. As forças que são do povo, foram movimentadas em defesa do processo democrático que defendemos. Os trabalhadores devem ler a certeza que os agitadores que ameaçam a democracia serão castigados, se ousarem se armar, nós os desarmamos. Não precisamos de metralhadoras para vencer a luta em poucos dias. Faremos a revolução brasileira, exigiremos a aprovação das reformas de base e expulsaremos os espionadores estrangeiros. A estrutura superada do Brasil é injusta para o povo e agradável para a classe dominante. O povo sabe que é preciso que se faça a reforma urbana e se passem os senhores e privilegiados da terra. Está longe o tempo em que melodias de políticos se reuniam no Rio de Janeiro para discutir sobre os destinos do País. Hoje, cada líder, tem responsabilidade de se definir sobre os problemas da comunidade; mas o povo brasileiro já está acordando e deve tomar em suas mãos as rédeas do caminho que pretende trilhar. É necessário que em cada oportunidade reafirmemos a necessidade da grande força popular que representa a Nação brasileira. Precisamos transformar cada praça pública em tribuna popular e de diálogo que mantivermos com os trabalhadores sairá a consciência da nossa vitória: libertação econômica e social da Pátria.

Comício

Arraes falou à multidão calculada em mais de dez mil pessoas. Seu comício em Santo André foi uma das maiores manifestações realizadas na cidade em todos os tempos.

Lição

A chegada de Arraes a uma emissora de TV, em São Paulo, onde deveria participar de um programa, pequenos e histéricos grupos ibadianos procuraram fazer provocações. Receberam a lição que mereciam: foram escorraçados. A foto ao alto é prova: a maledição dizia besteiras no microfone; a patriota não perdoou, enxotando-a do local.



Homenagem
Durante sua estada em Santo André, o governador Miguel Arraes foi homenageado pela Câmara Municipal

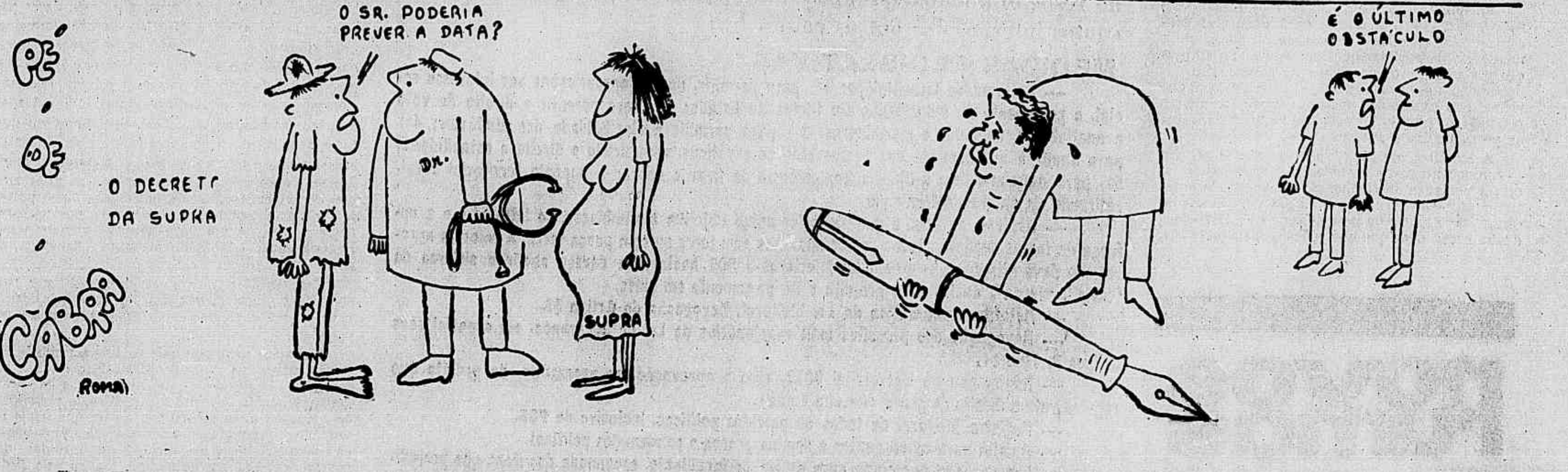


Comício
Arraes falou à multidão calculada em mais de dez mil pessoas. Seu comício em Santo André foi uma das maiores manifestações realizadas na cidade em todos os tempos.



Lição
A chegada de Arraes a uma emissora de TV, em São Paulo, onde deveria participar de um programa, pequenos e histéricos grupos ibadianos procuraram fazer provocações. Receberam a lição que mereciam: foram escorraçados. A foto ao alto é prova: a maledição dizia besteiras no microfone; a patriota não perdoou, enxotando-a do local.

Instituto de Intercâmbio Cultural Bras-Urss
CURSO DE LINGUA RUSSA
Matriculas abertas para novas turmas que terão início no mês de março.
Informações: Avenida Franklin Roosevelt, 194 — Grupo 304 — Telefone: 22-3546.



Pelas Reformas de Base e Uma Nova Política

Qual a posição dos comunistas em face dos entendimentos políticos visando a formação de uma frente que, unificando todas as forças progressistas, assegure a realização das reformas de base e dê início à adoção de uma política identificada com os interesses do povo? Em documento divulgado em nossa última edição, Luis Carlos Prestes esclarece de que modo os comunistas encaram esses entendimentos e deles participam.

Lados Positivos do Governo

Não há dúvida de que se assinalam, nos dois anos e meio de exercício do poder pelo sr. João Goulart, alguns aspectos altamente positivos.

Externamente, cresceu nesse período o prestígio do Brasil, graças a atos como o restabelecimento de relação diplomáticas e comerciais com a União Soviética, à defesa do princípio de autodeterminação dos povos — especialmente no que se refere a Cuba — e ao papel assumido pela delegação brasileira na Conferência de Genebra a favor do desarmamento.

Internamente, tem o presidente João Goulart, em regra geral, tomado posição favorável às reivindicações dos trabalhadores, assegurando a liberdade sindical e o direito de greve. Além disso, vem o seu Governo estimulando a sindicalização dos trabalhadores agrícolas. Outros atos adotados pelo sr. Goulart, mercedores do apoio dos patriotas e democratas, são o estabelecimento do monopólio estatal da importação do petróleo e a regulamentação da remessa de lucros para o exterior.

Refletindo o avanço já alcançado pelo movimento nacionalista e democrático em nosso País, posições oficiais como as mencionadas correspondem às aspirações do povo e aos interesses nacionais.

Situação Cada Vez Mais Grave

A verdade, porém, é que esses aspectos positivos do Governo não resultam de orientação política uniforme e conseqüente. Ao mesmo tempo em que se registram decisões de caráter patriótico e progressista, outras decisões refletem concessões aos interesses antinacionais e reacionários.

Essa política conciliadora se traduz, antes de tudo, no agravamento constante da situação das grandes massas. Os sucessivos aumentos de salários não trazem a elevação do nível de vida dos trabalhadores; o que se constata, ao contrário, é a queda do salário real. O custo da vida atinge proporções cada dia mais espantosas. Isso resulta da inflação, que não pode ser contida enquanto persistirem o monopólio da terra, a espolição imperialista e a desbragada especulação de uma minoria privilegiada. Vergonhosas negociações se sucedem, como o compromisso de compra das ações da Bond and Share. Instruções da SUMOC — como as de número 263 e 264 — aumentam a desvalorização da moeda e introduzem perigosas brechas na lei que limita a remessa de lucros.

Nova Política, Novo Governo

Este é o resultado da política de conciliação com os espoliadores do País e os inimigos do povo. O presidente João Goulart reconhece e, até com veemência, tem proclamado inúmeras vezes, que as reformas de estrutura e uma política voltada resolutamente para os interesses do povo constituem uma necessidade histórica inadiável. Entretanto, a verdade é que postos-chave da administração estão entregues em mãos de conhecidos agentes entreguistas. Em entidades da importância da SUMOC, CACEX, etc., encontram-se furiosos reacionários, homens que vivem conspirando contra os interesses do Brasil. Por outro lado, é verdade também que o caráter reacionário da maioria do Parlamento — que não representa, em absoluto, as aspirações do povo, fonte da qual emana todo o poder, como prescreve a Constituição — dificulta a realização das reformas de base.

Entretanto, na própria sistemática constitucional vigente, tem o presidente da República atribuições que lhe permitem, se apoiado no povo, tomar uma série de medidas que independem de aprovação parlamentar e que podem vir ao encontro das necessidades do povo e atingir os reacionários e golpistas. Isso contribuirá, inclusive, para ampliar o prestígio do próprio presidente e aumentar a força de pressão sobre o Parlamento.

A formulação e execução de uma nova política — consequentemente nacionalista e democrática —, com a mudança da composição do Ministério e outros postos-chave, em que se acham encastelados conhecidos agentes do imperialismo e do latifúndio, é uma necessidade que não pode ser mais protelada.

NOVOS FUMOS

Soluções Concretas e Urgentes

As seguintes medidas são da competência do Poder Executivo, não dependendo de interferência no Parlamento:

- Monopólio do câmbio pelo Banco do Brasil.
- Monopólio das exportações de café pelo IBC.
- Imediata aplicação da legislação vigente a respeito de remessas financeiras para o exterior (lucros, royalties, etc.).
- Suspensão temporária do pagamento da amortização dos empréstimos estrangeiros e recalonamento dos compromissos externos do País, em prazos de 15 a 20 anos. Caso necessário, decretação unilateral de uma moratória.

— Estímulo às exportações, não mediante a desvalorização do cruzeiro, mas por meio de uma política orientada para a conquista de novos mercados e a ampliação das vendas nos mercados existentes, inclusive com a diversificação dos produtos exportados e estímulo ao intercâmbio com a área socialista.

— Imediata anulação do compromisso de compra do patrimônio da AMFORP no Brasil e providências para a encampação das concessionárias de serviços públicos de acordo com as leis brasileiras.

— Combate à soncação e à intermediação, com a dinamização da CADE, e a aplicação de medidas efetivas aos que atentam contra a economia popular.

— Lançamento de um empréstimo interno compulsório, a ser coberto pelos beneficiários de altas rendas, com o objetivo de formar um fundo nacional antiinflacionário, ao qual recorreria o Governo sempre que fôsse necessário evitar as emissões inflacionárias. Utilização progressiva pelo governo federal do mercado de capitais para cobertura de suas despesas.

— Nacionalização, pelo custo histórico, dos moinhos, frigoríficos e fábricas de leite em pó, pertencentes a empresas alienígenas, assim como da indústria farmacêutica estrangeira.

— Concentração em um só fundo, pelo governo federal, de todos os recursos financeiros concedidos aos estabelecimentos agropecuários, destinando-se pelo menos 75% desses recursos aos estabelecimentos de área inferior a 100 hectares, que se dediquem à produção de gêneros alimentícios para a subsistência da população.

— Política salarial que tenha por fim a elevação do nível de vida dos trabalhadores, mediante o reajustamento periódico dos salários e vencimentos.

— Democratização da direção das empresas estatais, através da participação dos sindicatos operários na escolha de seus dirigentes.

— Garantia das liberdades públicas e medidas enérgicas contra as forças que tentam interromper o processo democrático ou armar-se para resistir às reformas de base.

— Desenvolvimento da política externa independente, com a defesa da paz mundial, o apoio às proposições que visam à cessação das experiências com armas nucleares, à proibição do emprêgo das armas de destruição em massa e ao desarmamento geral e completo, ao respeito à autodeterminação dos povos e a não-ingerência nos assuntos internos dos outros países.

MEDIDAS LEGISLATIVAS

— Reforma da Constituição: 1º) para permitir, nas desapropriações por interesse social, o pagamento da indenização em títulos do Estado; 2º) para permitir o direito de voto a analfabetos, soldados e marinheiros; 3º) para permitir a elegibilidade dos alistáveis; 4º) para abolir a vitaliciedade dos professores catedráticos, assegurado o direito à estabilidade; 5º) para transferir para a União a competência de fixar e cobrar o imposto territorial rural, retirando da alçada do Município.

— Reforma agrária, a qual deve ter como objetivo a eliminação do latifúndio e a entrega de terras desapropriadas aos camponeses sem terra ou com pouca terra. A reforma agrária não deve atingir as propriedades inferiores a 500 hectares e deverá abolir o sistema de "mola", "lôrça", de trabalho gratuito e de pagamento em valores.

— Reforma democrática da Lei Eleitoral: Revogação do Artigo 58.

— Revogação dos preceitos mais reacionários da Lei de Segurança, em especial seus artigos 9, 10 e 11.

— Revogação do Decreto-lei 9070, com a aprovação, se necessário, do projeto que regulamenta o direito de greve (Aurélio Viana).

— Registro Eleitoral de todos os partidos políticos, inclusive do PCB.

— Anistia para os sargentos e demais presos e condenados políticos.

— Prorrogação por cinco anos da lei de inquilinato, excluída dos Honas que prejudicam os interesses dos inquilinos.

A Frente Progressista

É a partir desses elementos que os comunistas definem a sua posição em face das gestões políticas iniciadas pelo deputado San Tiago Dantas, na qualidade de coordenador político do presidente da República. Os comunistas concordaram em participar dos entendimentos para a formação de uma ampla frente política, em que fosse possível apoiar um novo ministério, capaz de dar início às reformas de base e de lutar concretamente por medidas legislativas progressistas, inclusive de preceitos da Constituição — que atingem os planos social, econômico e político — que não correspondem aos anseios de liberdade e emancipação do povo brasileiro, representando apenas um escudo atrás do qual se protegem privilégios antinacionais e anti-sociais.

A formação de uma frente dessa natureza, desde que apoiada sobre um programa democrático e progressista e aglutinando em suas fileiras todas as forças nacionalistas e populares, corresponde aos interesses das grandes massas, podendo e devendo significar um passo no caminho de nossa libertação. Isolar-se ou alimentar ilusões seriam duas atitudes igualmente errôneas e prejudiciais à causa do povo.

Os comunistas compreendem que o êxito dos entendimentos em torno dessa frente progressista depende, essencialmente, de duas condições: a mobilização das amplas massas, sobretudo dos trabalhadores, e a unidade das correntes populares e patrióticas. Sem que sejam preenchidas essas duas condições, os entendimentos estão condenados ao malogro.

O Conteúdo do Programa

Concordando em participar dos entendimentos, os comunistas apresentaram as suas sugestões a serem utilizadas na formulação definitiva do programa, em que figuram as reivindicações básicas apresentadas pelas forças progressistas em face dos cruciais problemas em que se debate o País. Em essência, essas sugestões importam numa nova política, a ser levada à prática por um governo sem compromissos com os inimigos do povo — um governo, portanto, que rompa com a conciliação e se apóie decididamente nas forças progressistas da sociedade brasileira.

Todavia, a última proposta apresentada pelo deputado San Tiago Dantas padece do mal de insistir nas tentativas de conciliar, de manter a «harmonia» com os setores reacionários, quando a experiência de todos esses anos já provou, sem margem a qualquer dúvida, que essa é uma política que contraria os interesses da Nação e do povo. Descaracterizar a plataforma progressista de unidade para satisfazer aos grupos antinacionais e reacionários é desviar as gestões de sua própria razão de ser. Se o que se pretende é realizar as reformas de base, como conciliar com os setores que se opõem obstinadamente às reformas e vêm impedindo a sua efetivação?

Soluções Concretas e Exequíveis

Os comunistas consideram que é seu dever envidar todos os esforços para levar a bom termo os entendimentos para a formação da frente política que assegure a realização das reformas de base e propicie a aplicação de uma nova política. Compreendendo que tais gestões apresentam dificuldades naturais, os comunistas estão empenhados em que todos os entraves sejam removidos e se encontre efetivamente o terreno comum, a plataforma mínima em torno da qual possam unir-se as mais amplas forças democráticas e patrióticas que, juntamente com o presidente João Goulart, possam constituir a base de um novo governo, composto por personalidades que inspirem justa confiança ao povo.

Essa plataforma deve caracterizar-se por sua objetividade, pela clareza dos objetivos, pela identificação com as aspirações da maioria de nossa população.

Tomando como ponto de partida a unidade das forças patrióticas e democráticas, bem como a necessidade de imprimir-se um novo curso ao nosso desenvolvimento econômico e político, e pressupondo a pressão sobre o Parlamento para que sejam reformados os preceitos reacionários da Constituição, os comunistas sugerem uma série de medidas que podem desde já ser postas em prática pelo Poder Executivo.

MANIFESTO AO POVO

Desde meados de fevereiro que vem sendo distribuído em todos os sindicatos e entidades populares o manifesto convocatório que transcrevemos abaixo. Esse documento, primeira providência concreta para a realização do comício, surgiu de uma reunião conjunta entre os representantes de todas as camadas do povo, durante a qual cada sindicato e cada entidade definiu as reivindicações em torno das quais participaria da manifestação. Assim, ficou evidenciado pelos trabalhadores que numa posição independente todos deverão lutar pelas reformas e ainda a cada momento para manter e ampliar a unidade em todas as fábricas e bairros de nosso país.

E o seguinte o teor do manifesto:

«Conclamamos os trabalhadores e o povo em geral para essa demonstração cívica de unidade e patriotismo, na defesa das soluções populares e nacionalistas para os problemas brasileiros, certos de que ao povo compete legitimamente traçar os rumos definitivos dos destinos nacionais e de que, de sua mobilização, depende o êxito de qualquer programa que vise ao atendimento das necessidades sociais e dos supremos interesses da Nação, como a reformulação da política econômico-financeira e de medidas outras que conduzam ao fortalecimento do monopólio estatal do petróleo e a ampliação da Petrobrás, e à efetivação da Reforma Agrária, como a declaração de utilidade pública ou de interesse social para efeito de desapropriação e entrega aos camponeses sem terra, das áreas inaproveitáveis situadas às margens dos açudes, ferrovias e rodovias, cujo Decreto deverá o Presidente da República assinar na oportunidade daquele ato público.

Tudo pela unidade do povo e a ampliação da Democracia Brasileira.

Tudo pela concretização das Reformas de Base.

Tudo pelas liberdades Democráticas e Sindicais.

Todos à concentração popular do dia 13 de março, às 17,30 horas, na Praça da República.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1964.

Dante Pellacani — Comando Geral dos Trabalhadores;

Clodsmidt Riani — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria;

Alfredo Pereira Nunes — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos;

Aluizio Palhano — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito;

Lindolfo Silva — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;

Dante A. Menezes — Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio;

João Ayrton Gomes — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres;

Carlos Taylor — Confederação dos Servidores Públicos do Brasil;

Carlos Alberto Costa Pinto — Confederação Nacional dos Jornalistas;

Wilson Reis — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Telegráficas, Radiotelegráficas e Radiotelefônicas;

Rafael Martinelli — Federação Nacional dos Ferroviários;

Enio Silveira — Comando dos Trabalhadores Intelectuais;

Marcelo Cerqueira — União Nacional dos Estudantes;

José Paulo da Silva — União dos Portuários do Brasil;

Bisneier Maiani — União dos Previdenciários do Brasil;

Oswaldo Pacheco da Silva — Pacto de Unidade e Ação;

Hércules Corrêa dos Reis — Comissão Permanente das Organizações Sindicais;

Olimpio Mendes — União Brasileira dos Estudantes Secundários;

Sérgio Magalhães — Frente Parlamentar Nacionalista;

Anna Montenegro — Liga Feminina da Guanabara;

José Manoel de Melo — União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos».



Como ir ao Comício

Sete grandes passeatas vão levar o povo ao comício. Distribuídos pelos principais pontos da cidade, os cortejos deverão reunir milhares de pessoas, percorrendo as principais artérias do centro da Guanabara.

Como é a Passeata

Na distribuição dos pontos de partida para as passeatas, que damos abaixo com o respectivo mapa ilustrativo, foi observado o critério de reunir-se num só grupo todos os trabalhadores de um bairro e ainda várias categorias, como a dos sapateiros, cujos integrantes têm suas oficinas espalhadas pela cidade. Assim, cada passeata contará com os moradores e os trabalhadores do bairro, além de operários agrupados por categoria.

Por outro lado, a formação das passeatas não vai se dar unicamente nos sete pontos principais. Eles são apenas pontos de convergência das centenas de passeatas que cortarão o Rio de Janeiro na próxima sexta-feira. Isso porque, cada fábrica, sindicato ou entidade popular deverá organizar sua passeata particular, dirigindo-a para o ponto determinado.

Além da Passeata

Apesar de calculadas para cada passeata sete mil pessoas, não ficará só nisso a condução popular para a manifestação da Central. Nesse sentido foram organizadas várias frotas de caminhões e também, de acordo com a direção das ferrovias, quatro trens especiais, sendo que três deles, da Central, deverão desembarcar os trabalhadores no próprio local da manifestação, enquanto que o outro, sendo da Leopoldina, deixará seus passa-

geiros no ponto de partida de uma das grandes passeatas. Apresentamos abaixo os horários, os trajetos e os pontos de partida dos trens, e ainda os pontos de embarque para os caminhões.

Trens Especiais

14 HORAS: partida, de Deodoro, de uma composição da Central do Brasil, com destino a D. Pedro II, conduzindo cartazes e faixas alusivos às reformas e ao comício.

15 HORAS: saída de um trem de Paracambi, que virá parando em todas as estações até Deodoro, de onde irá para a Central, parando apenas em Cascadura e no Engenho de Dentro.

PARTINDO DE SANTA CRUZ, mais uma composição da Central deverá vir parando em todas as estações que precedem a de Deodoro, de onde seguirá com somente duas escalas: uma em Cascadura e outra no Engenho de Dentro.

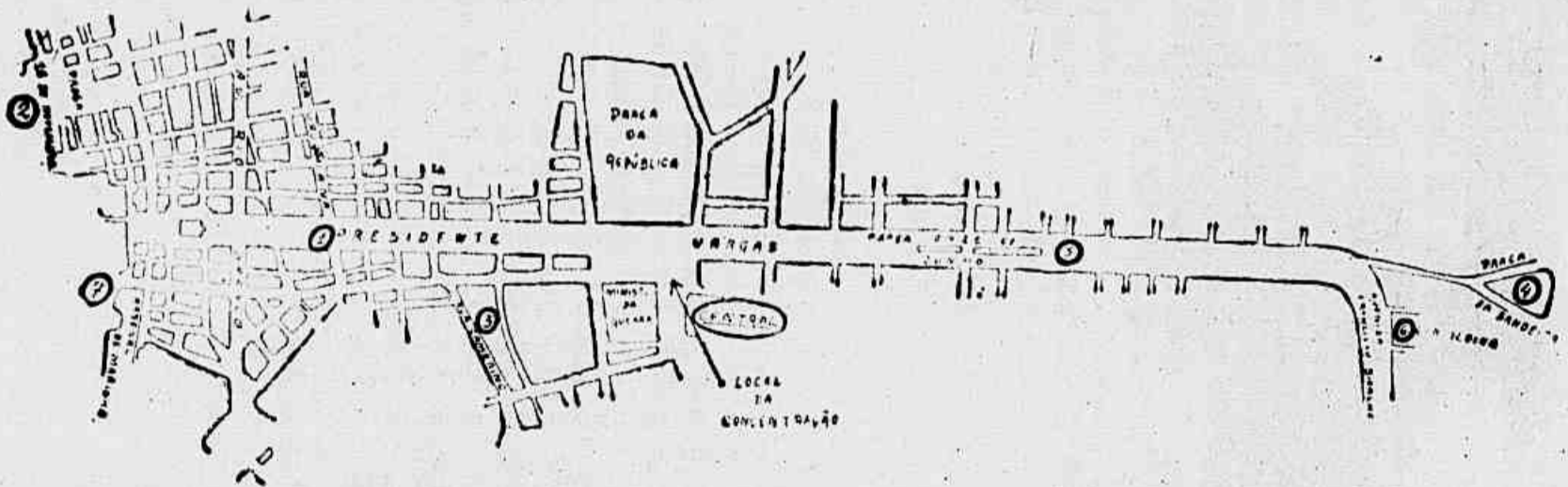
PARTINDO DE CAXIAS, o trem da Leopoldina, já conhecido de outros comícios e manifestações como «Trem das Reformas», deverá vir parando em todas as estações, sendo que nas principais serão realizadas breves comícios.

Frota de Caminhões

Até o momento em que encerrávamos esta edição estavam confirmados os seguintes pontos de embarque para os caminhões:

Zona Norte — nas praças centrais de Del Castillo e Bento Ribeiro.

Zona Sul — Praça Serzedello Corrêa e Rocinha.



Os Sete Pontos Das Passeatas

1. CENTRO — Esquina da Rua Uruguaiana com Av. Presidente Vargas, agrupando os empregados do Centro da cidade e ainda as seguintes categorias profissionais: bancários, securitários, comerciários e também os trabalhadores em petróleo, cuja caravana motorizada, vinda da Refinaria Duque de Caxias, deverá desembarcar ali os trabalhadores.

2. PRAÇA 15 — Operários e funcionários do Lóide, operários navais e delegações de trabalhadores fluminenses que se concentrarão em Niterói.

3. RUA CAMERINO — (Em frente ao Sindicato dos Rodoviários), agrupando os próprios rodoviários, e ainda os estivadores, portuários, marítimos, eletricitas,

trabalhadores em moinhos e demais operários da orla marítima.

4. PRAÇA DA BANDEIRA — Têxteis, metalúrgicos e trabalhadores em empresas de bebidas, e da zona industrial de São Cristóvão.

5. PRAÇA ONZE — Sapateiros, padeiros, hoteleiros e trabalhadores da Central do Brasil.

6. ESTAÇÃO DA LEOPOLDINA — Ferroviários e trabalhadores da zona da Leopoldina, inclusive os que vierem no trem especial.

7. MINISTÉRIO DA MARINHA — Servidores públicos e autárquicos.

É PRECISO



SUPLEMENTO ESPECIAL — 13 a 19 de março de 1964

NOVOS FUMOS

NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

IR AO

COMÍCIO

Pelas reformas de base, pela assinatura do decreto da SUPRA, por medidas para deter a carestia e romper o processo especulativo que está esmagando o povo brasileiro, guanabarrinos, fluminenses, paulistas e mineiros estarão reunidos sexta-feira, dia 13, na Central do Brasil, em comício que constituirá a maior demonstração popular de apoio às transformações de estrutura que toda a Nação reclama.

Este tablóide é a contribuição do NR a esta grande manifestação patriótica do povo carioca. É também, como diz o título, o nosso apelo para que ninguém falte, para que todos estejamos dia 13, na Central, exigindo efetivamente as reformas.

Pelas Reformas

"Da mobilização do povo depende o êxito de qualquer programa que vise ao atendimento das necessidades e dos supremos interesses da Nação" — dizem as entidades sindicais, estudantis e patrióticas no Manifesto através do qual convocam os brasileiros para a grande concentração de próximo dia 13, na Central do Brasil.

Precisamente nessas palavras está definido o sentido essencial da grande concentração de dia 13, certamente a maior já realizada no País. Mobilizado pelas organizações que dirigem a sua luta, o povo vai à praça pública para manifestar as suas aspirações e formular as suas exigências. Vai fazer valer a sua força — a força de quem é a imensa maioria e cujos direitos e interesses, por isso mesmo, se identificam com os direitos e os interesses da Nação.

Que dirão os trabalhadores, os patriotas e democratas, no comício de dia 13?

Dirão que não é possível perdurar por mais tempo a situação atual. Somos um País rico, mas vivemos no atraso. Somos um povo talentoso e empreendedor, mas estamos lançados na miséria, no analfabetismo e nas doenças. Somos uma população ciosa da soberania nacional, mas vivemos na dependência dos trustes espeladores norte-americanos. Isso não pode continuar.

Dirão que chegou o momento de pôr fim às causas que, fundamentalmente, determinam esse estado de coisas. O povo brasileiro formou já uma consciência clara a respeito dessas causas. Sabemos que o atraso do Brasil e os sofrimentos impostos à esmagadora maioria de nossa gente resultam, antes de tudo, da exploração de nossas riquezas e nesse trabalho pelos monopólios imperialistas, sobretudo os norte-americanos, e da sobrevivência, até hoje, de privilégios medievais como o monopólio da terra por uma meia-dúzia de latifundiários. Acabar com esses privilégios é uma necessidade urgente e imperiosa.

Dirão que o Brasil só poderá progredir e alcançar a sua plena independência nacional e o nosso povo só poderá conquistar melhores condições de vida se for radicalmente transformada a velha estrutura econômica-social que resulta daqueles privilégios e, ao mesmo tempo, os sustenta. O povo brasileiro está absolutamente convencido de que o progresso social, a preservação e ampliação das liberdades democráticas, a solução para os angustiantes problemas da carestia da vida dependem da urgente efetivação das reformas de base. Como poderá haver fariura de

gêneros alimentícios se milhões de camponeses estão privados de terra para plantar? Como encontrar internamente os recursos para a industrialização do País se esses recursos são canalizados, extensiva ou sub-repitição, para os cofres dos trustes norte-americanos? Realizar já as reformas de base — eis a exigência da Nação.

Dirão que o êxito das próprias reformas depende da orientação política que seja seguida pelo Governo. Até hoje, como regra geral, a política adotada pelos sucessivos governos, especialmente no plano econômico-financeiro, tem sido orientada não no sentido dos interesses nacionais e do povo, mas no sentido dos interesses dos espeladores estrangeiros e seus sócios dentro do País. Isso se reflete, antes de tudo, nos bancos que, praticamente sem exceção, têm ocupado o Ministério da Fazenda e demais órgãos incumbidos de levar à prática a política financeira, como a SUDAM, a CACEX, a Presidência do Banco do Brasil etc. A adoção de uma nova política, com a mudança da composição de peças-chave do Governo dominadas pelos grupos estrangeiros, que devem passar para as mãos de personalidades identificadas com as aspirações do nosso povo — eis outra exigência básica do País, inclusive para que não sejam malogradas as reformas de estrutura.

O povo brasileiro dirá, enfim, que a sua participação ativa e crescente na vida política do País é uma conquista de que não abrirá mão. Por isso, não adiantam e desespêro, as provocações e ameaças dos nossos inimigos. Quando os Lacerda, Herbert Levy e Armando Falcão invocam raivadamente contra os comícios de povo é porque sabem que só a mobilização popular pode impedir a consumação de seus planos antinacionais e liberticidas, só a mobilização popular pode fazer avançar a causa da democracia, do progresso e da emancipação nacional. O povo adquiriu plena consciência do papel decisivo que lhe cabe desempenhar na sociedade brasileira. E nenhuma força impedirá o povo de cumprir o seu dever.

Por sua vez, para que possa o povo exercer a influência decisiva que lhe cabe na vida nacional é indispensável que as suas forças — as forças nacionalistas, democráticas e progressistas — estejam solidamente unidas. O comício de dia 13 será, também, seguramente, um fator de maior significação no sentido de reforçar a unidade do povo brasileiro na luta em que está empenhado pelas reformas de base, pela democracia e a libertação nacional.